



# IEB

INSTITUTO INTERNACIONAL  
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2010

*Este relatório sintetiza as informações, dados e resultados dos projetos executados pelo IEB ao longo do ano de 2010.*

### **Coordenação Institucional**

Alessandra Arantes  
Camila Castro

### **Pesquisa, textos, seleção de imagens e edição**

Viviane Junqueira – Semear Educação  
Daniela Lima – Semear Educação

### **Edição de texto final**

Maria Emília Coelho

### **Revisão**

Vanessa Coutinho  
Maria Emília Coelho

### **Diagramação**

Leandro Celes

### **Fotos**

Equipe IEB

Brasília, 31 de dezembro de 2010

## **ÍNDICE**

**1. APRESENTAÇÃO**

**2. O IEB**

**3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

**4. MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E GESTÃO TERRITORIAL**

**5. APOIO À PESQUISA, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

**6. GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**7. GESTÃO FINANCEIRA**

## **APRESENTAÇÃO**

### **Mensagem da Diretoria Executiva**

O ano de 2010 foi de muito aprendizado para o IEB, quando nos preparamos para a competição por novos projetos e financiadores, a exemplo da proposta que elaboramos durante três meses para o Fundo Amazônia. Depois disso, optamos por elaborar novas propostas para o Fundo Vale, nosso primeiro parceiro privado, o que foi uma decisão bastante acertada. Conseguimos aprovar duas propostas, uma para São Félix do Xingu, no Pará, e a outra para o Sul do Amazonas, onde concentramos boa parte de nossas ações. O fato de podermos inserir o poder municipal em nossos programas nesta região foi muito importante, principalmente por aplicarmos recursos de uma fonte brasileira. As prefeituras veem isso com bons olhos, bem diferentemente de quando os recursos são oriundos de um financiador internacional.

Ser apoiado pelo Fundo Vale foi uma mudança de paradigma para o IEB porque até o ano de 2010 não contávamos com recursos do setor privado. Acredito que esse é um novo caminho. Hoje, o Brasil está sendo visto na Europa e nos Estados Unidos como um país que não precisa mais de recursos externos para financiar seus projetos. Então, como é possível conquistar financiadores num país que não tem tradição de filantropia, apesar de possuir empresas gigantescas? A grande questão é conseguir mostrar para os empresários brasileiros que o Terceiro Setor faz um trabalho de relevância social e que precisa de apoio, tendo em vista que o poder público brasileiro tem diminuído os recursos destinados ao Terceiro Setor. Precisamos mostrar para o empresariado que o que nós fazemos também é interessante para eles. O esforço e a linguagem necessários para isso são muito diferentes de quando nos preparamos para concorrer aos editais de agências de desenvolvimento internacional, onde somos muito competitivos. Sabemos que não é simples, que é necessária uma adaptação da nossa equipe para elaborar propostas para esse setor. E o fato de termos conseguido dois projetos com o Fundo Vale não significa que estamos preparados para esse mercado. Isso ainda vai exigir um esforço muito grande de todos, mas o nosso foco hoje é setor privado brasileiro.

Além dessa mudança de perspectiva com relação aos financiadores em 2010, passamos a ter uma visão mais holística de nossos projetos no Sul do Amazonas. Enxergamos que tínhamos projetos isolados nessa região e que precisávamos passar a ter um programa mais estruturado, com visão do todo, como se fosse um grande guarda-chuva. O projeto com o Fundo Vale trouxe a possibilidade de olharmos para nossas ações de uma forma mais ampla, trazendo as prefeituras – que são atores muito importantes neste processo – para atuarem junto com a gente.

O Sul do Amazonas passa por um momento único, vivendo situações que chamo de encruzilhadas. É um momento de decisão sobre quais caminhos seguir em várias frentes. Uma delas é a questão do modelo de ocupação territorial a ser seguido. Nessa perspectiva, acredito que nossa decisão de atuar naquela região, nos antecipando ao avanço da fronteira do desmatamento, foi acertada. Hoje já podemos mostrar que o modelo de ocupação pode ser diferente, apesar de não sabermos se vamos conseguir ajudar a conter a expansão do desmatamento nessa região, composta basicamente por áreas protegidas e terras indígenas.

Essa é justamente a grande encruzilhada: tentar barrar uma forma de desenvolvimento predatória e substituí-la por um modelo de desenvolvimento sustentável. Afinal, é ali que estão realmente os municípios verdes, que são compostos por até 80% de áreas protegidas, e nós precisamos fazer com que eles se viabilizem economicamente. Precisamos demonstrar que o modelo sustentável é viável.

Há também outras encruzilhadas no Sul do Amazonas, como a construção das estradas e rodovias e o aproveitamento do conhecimento tradicional aliado ao conhecimento científico. E diante delas, enxergo um papel importante para o IEB nesta região, principalmente porque chegamos antes e sabemos que há poucas organizações do Terceiro Setor trabalhando por lá. Com o Consórcio Fortis, tivemos a possibilidade de movimentar a sociedade civil local ao longo dos últimos cinco anos, o que foi muito importante. Devido à nossa atuação, a região já possui hoje uma organização social, ainda que muito fragilizada, mas capaz de reagir a todas essas questões.

É lógico que naquele mundão que é a Amazônia nem sempre é possível ter controle dos vetores de desmatamento e das outras situações predatórias. Por exemplo, nem mesmo o poder público tem força para lutar contra a força das madeireiras, mas a sociedade civil organizada que ajudamos compor já nos legitima a dar continuidade aos nossos trabalhos por lá. Talvez possamos influenciar nas eleições dos próximos prefeitos, mesmo não tendo isso em mente. Esse não é o nosso trabalho, mas uma população mais educada, mais exigente, talvez queira prefeitos mais comprometidos. E desta forma conseguimos caminhar no sentido de mudar a cara do Sul do Amazonas.

Com relação aos desafios daqui para frente, temos a mudança no panorama dos financiamentos e uma consequente reordenação de nossa estrutura regional. A importância dos nossos escritórios no chão é crucial e precisamos realmente estar no local, junto com as populações. Os próprios financiadores já apontam para essa tendência. Para o futuro, a ideia é concentrarmos nossos esforços em dois ou três escritórios fortes nas pontas. Por exemplo, um escritório na calha do Rio Purus – Lábrea – e outro na calha do Rio Madeira – Humaitá. Esses núcleos garantirão maior interação e diálogo entre nossos funcionários, permitindo uma reflexão conjunta sobre o trabalho realizado e sobre a nossa atuação em campo. Nós valorizamos muito essa prática e ela sempre fez parte do IEB.

A tendência para os próximos cinco anos é termos um escritório bem menor em Brasília – que fará um trabalho mais estratégico, desenvolvendo ferramentas e metodologias – e escritórios de ponta mais robustos. Queremos dialogar cada vez mais com o pessoal que está no chão e aprender com eles, pois a possibilidade de aprender é com a nossa prática no chão e é fundamental que nossos funcionários em campo troquem uns com os outros.

Apesar de todas as adversidades, a equipe do IEB me surpreende favoravelmente todos os dias. O grau de maturidade das pessoas para o trabalho e para encarar os problemas que surgem é incrível. Ninguém é ingênuo com relação aos desafios. Todos sabem que eles são muito grandes e também sabem o que é possível fazer para superá-los. Nossa contribuição para as regiões em que atuamos não é gigantesca, mas é chave para a solução efetiva de alguns dos principais problemas por elas enfrentados. A solução está nas pessoas que vivem nestas localidades. E se existe alguma organização que tem a chance de dar voz a essas pessoas e fazer com que surja uma mudança na base, essa organização é o IEB. Nós

acreditamos nas pessoas e sabemos que elas são capazes de decidir o que querem e o que necessitam. Para isso, precisam somente ter oportunidades.

Por tudo isso, somos uma instituição que enxerga e dá voz às pessoas. Eles são os atores mais importantes e devem ser valorizados. É isso que nós procuramos: fazer com que essas pessoas que estão ali no chão entendam que elas vão fazer a diferença e não o Estado ou as demais organizações. Cada um sendo capaz de avançar em seu próprio combate.

***Maria José Gontijo***  
***Diretora Executiva do IEB***

### ***MENSAGEM DO CONSELHO DIRETOR***

O grande desafio do IEB em 2010 foi planejar e dimensionar suas atividades corretamente, de forma a fortalecer sua imagem perante aos diversos públicos com os quais interage – como ONGs, movimentos de base, empresas e financiadores – e dar mais visibilidade ao seu trabalho. Partimos, assim, para a realização de projetos mais estruturantes dentro de nossas áreas de atuação. Aprimoramos nossas ações com o objetivo de diversificar nossa carteira de apoiadores e buscar novas linhas de financiamento no Brasil, a exemplo do Fundo Amazônia e do Fundo Vale. Também aprofundamos nosso trabalho com os povos indígenas, com apoio à sua formação política e técnica e à sua capacitação na área de fortalecimento institucional.

O trabalho do IEB é reconhecido não só pelos parceiros e pelas organizações com as quais trabalha em consórcio, mas também pelos financiadores e pelos próprios movimentos sociais. Nós aprimoramos a capacidade de ação das pessoas e das organizações com as quais interagimos em campo. Junto com as publicações na área de sustentabilidade que lançamos, esse é um diferencial importante do IEB.

A diminuição do apoio de nosso principal financiador, a USAID, levou a Diretoria Executiva a intensificar a busca por novos parceiros e garantir, assim, a manutenção da equipe e a continuidade de nossos projetos, principalmente em regiões onde há avanço do desmatamento e fragilização dos movimentos sociais. São regiões que precisam de um trabalho de fortalecimento da agricultura familiar, indígena e extrativista. Seus habitantes dependem dos recursos naturais e são bastante fragilizados frente ao avanço das madeiras, da grilagem, da pecuária e das monoculturas que vão se expandindo nesta região. Desta forma, queremos diminuir nossa dependência de financiadores internacionais, buscando recursos no país. Isso inclui empresas nacionais que se identifiquem com a nossa proposta de ação. A busca de parceiros junto à iniciativa privada é uma tendência de várias organizações e que deve ser levada em conta, desde que haja convergência de princípios e de ideias.

Espero que o IEB consiga dar continuidade ao seu trabalho de fortalecimento institucional e de capacitação em gestão territorial e ambiental das organizações locais do Sul do Amazonas e do Pará. Somos uma instituição plantada no campo e temos ligações com gestores em Brasília, onde fica nossa sede, o que nos possibilita fazer a conexão entre os problemas locais e a

definição de políticas públicas junto a organismos como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Continuamos tendo um papel fundamental no trabalho de fortalecimento dos movimentos sociais e de capacitação em gestão territorial. Também desempenhamos algum tipo de pressão junto aos gestores públicos e ajudamos na formulação de políticas públicas que atendam aos interesses daquelas populações que vivem em algumas regiões específicas da Amazônia.

Para os próximos anos, temos o desafio de dar continuidade ao nosso trabalho e de aprimorar nossas ações, mantendo e até ampliando nossa equipe fixa e de colaboradores. Também queremos valorizar os nossos funcionários de forma contínua e por isso pensamos em seu bem-estar. Em 2010, conseguimos lhes proporcionar alguns benefícios importantes, como capacitações, cursos de idiomas, atividades físicas e planos de saúde. Na medida do possível, também oferecemos oportunidades de crescimento e desenvolvimento de nosso pessoal e apreciamos o bom relacionamento interno de nossa equipe.

Quem tem como eu a oportunidade de acompanhar a atuação do IEB, sabe que ele se caracteriza por valorizar as pessoas e as comunidades com as quais trabalha. Por isso, é uma instituição que vale a pena ser vista com atenção. Deve-se olhar o seu trabalho com carinho, porque são poucas as instituições onde isso acontece na prática.

***Ricardo Verdum***

***Presidente do Conselho Diretor do IEB***

Antropólogo / Assessor de políticas públicas e socioambientais do Instituto de Estudos Econômicos (INESC)

## **CONSELHEIROS**

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos – Jornalista / Coordenadora de Projetos do Instituto Socioambiental (ISA)

Ana Paula Caldeira Souto Maior - Advogada / Assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

Suzana Machado Pádua – Educadora ambiental / Presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Ulisses Lacava Bigaton – Jornalista / Oficial Nacional de Comunicação do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

## **CONSELHO FISCAL**

Augusto Cesar da Silva Jucá – Economista / Gerente Executivo da Competitividade Industrial (COMPI) da Confederação Nacional da Indústria

Eric Jorge Sawyer – Cientista da Computação / Diretor Geral da Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais / Gestor de Projetos do Instituto Ambiental Brasil Sustentável

Christoph Diewald – Economista / Consultor Independente

## **DIRETORA EXECUTIVA**

Maria José Gontijo – Diretora Executiva

Henry T. Barreto Filho – Diretor Acadêmico

Gordon Armstrong - Diretor Técnico

## **Programa Sul do Amazonas**

Ailton Dias – Gerente de Programa

Rita Martins – Assistente de Programa

Suely Anderson – Coordenadora do Projeto Fortis BR 319

Doney Vitor – Assessor de Campo

Marcelo Horta Messias Franco – Assessor de Campo

Joedson Quintino – Assessor de Campo

Roberta Andrade – Assessora de Campo

José Coelho Spanner – Assessor de Campo

Josinaldo Aleixo – Consultor

## **Programa de Apoio à Autonomia dos Povos Indígenas**

Henry T. Barreto Filho – Gerente de Programa e Coordenador do Paisagens Indígenas

Laura Camargo – Assistente de Programa

Alexandre Goulart – Especialista em Assuntos Indígenas

Cloude de Souza Correia – Coordenador do Projeto Garah itxa

Andréia Bavaresco – Especialista em Assuntos Indígenas  
José Strabelli – Consultor

### **Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar**

Manuel Amaral – Gerente  
Ruth Corrêa – Coordenadora do Projeto Xingu Sustentável  
Katiúscia Fernandes – Assistente de Programa  
Maura Christie Acioli de Souza – Assistente Administrativo  
Eliani Corrêa Santos – Assistente de logística  
Gordon Armstrong - Coordenador de Projeto  
Aurélio Diaz– Assessor de Campo  
Marcelo Sampaio Carneiro - consultor  
Lucas Pereira Filho - Assessor de Comunicação

### **Programa Caleidoscópio**

Camila Castro – Gerente

### **Mudanças Climáticas e REDD**

Leonardo Hasenclever - Especialista em Mudanças Climáticas e REDD

### **Gerência Financeira**

Magda Lambert – Gerente Financeiro  
Wlândia Alves da Silva – Assistente Contábil-Financeiro  
Eliel Lima – Assistente financeiro  
Elaine F. de Mattos – Assistente de projetos  
André Bittencourt – Consultor

### **Gerência Institucional**

Camila de Castro – Gerente Institucional  
Alessandra Arantes – Coordenadora de Comunicação  
Viviane Junqueira - Assessora de Comunicação Institucional e Coordenadora do Projeto Bacias  
Telma Cristina de Souza – Assistente Administrativo  
Cleonete Pereira dos Santos – Recepcionista  
Mariza Ferreira de Souza – Auxiliar de Serviços Gerais



## **SOBRE O IEB**

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos territórios e dos recursos naturais, com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida expertise em processos de articulação entre setores que, historicamente, tem tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atuam no setor de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Dentre os públicos destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

### **Missão**

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

### **Prêmios Recebidos**

#### **2006**

1º. Lugar no Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental, na categoria Ciência e Formação de Recursos Humanos

2º. Lugar no Prêmio Chico Mendes, na categoria organização não governamental, pela implementação inovadora, na Amazônia, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PADIS)

Troféu Baobá na II Mostra Internacional de Cinema Ambiental (Natal/RN) com o documentário “O divisor que nos une”

#### **2010**

Prêmio de Reconhecimento e Apreciação do Programa de Meio Ambiente da USAID pela atuação no tema Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia.

### **Programas e Projetos**

As atividades do IEB contemplam as quatro linhas de ação a seguir, representadas em menor ou maior intensidade em todos os programas e projetos, conforme seus objetivos principais:

- Fortalecimento Institucional
- Manejo dos Recursos Naturais e gestão territorial
- Apoio a pesquisa, formação e capacitação
- Gestão do conhecimento

### **Programa de Fortalecimento Institucional**

Os projetos nesta linha de ação visam aprimorar a participação de organizações na governança socioambiental, por meio do fortalecimento de suas estruturas gerenciais e sociopolíticas e sua capacidade de diálogo e negociação. Nessa linha, os projetos buscam desenvolver a base social com legitimidade, transparência e credibilidade, fortalecendo a governança e a ação conjunta das organizações da sociedade civil. O objetivo final é a autonomia e o aumento da capacidade de oferecer serviços de qualidade e de promover processos de mudança social.

### **PROJETO CONSÓRCIO PAISAGENS INDÍGENAS DO BRASIL**

O ano de 2010 trouxe inúmeros aprendizados para o Consórcio Paisagens Indígenas. As experiências do Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas do Noroeste do Mato Grosso, Rondônia e Sul do Amazonas e da avaliação institucional do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), nos ajudaram a consolidar o entendimento de que projetos político-pedagógicos devem ser desenvolvidos de modo ajustado a cada uma das diferentes demandas dos povos indígenas e em torno de questões tidas como fundamentais para o avanço da luta indígena. Isso tudo por meio de recursos formativos diferenciados e adaptados para cada circunstância, visando o fortalecimento institucional das organizações indígenas. Já a participação no processo das consultas regionais da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (nas reuniões periódicas do Grupo de Trabalho Interministerial, em Brasília, no grupo de trabalho de redação do documento base, e nas oficinas de preparação para a consulta regional de Manaus) nos apontou os limites, as possibilidades e a efetividade da construção participativa de políticas públicas à escala nacional pelos povos indígenas – considerando a significativa diversidade regional, mesmo limitando-nos à Amazônia. Talvez teremos com a PNGATI uma referência fundamental para a consolidação de estratégias propriamente indígenas de sustentabilidade e gestão de seus territórios e organizações. Por fim, o processo de organização e realização do Seminário Internacional “Mapeamentos Participativos e Gestão de Territórios Indígenas na Amazônia”, em Rio Branco, em novembro, com recursos alavancados junto à Fundação Gordon e Betty Moore, também foi significativo. Contando com a presença de cerca de 150 participantes, representando organizações indígenas e indigenistas dos nove países da bacia amazônica, essa atividade indicou a importância do intercâmbio de experiências tanto para a formação para a gestão territorial e ambiental, como para o fortalecimento dos direitos territoriais indígenas por meio da sua articulação em redes envolvendo os países amazônicos.

**OBJETIVO:** Fortalecer organizações indígenas da Amazônia brasileira para que se tornem aptas a influenciar políticas públicas e tomar decisões sobre a gestão nos territórios indígenas contemplados pelo projeto e no seu entorno.

**PERÍODO:** 2007 a 2011.

**BENEFICIÁRIOS:** Associações indígenas da Amazônia Brasileira.

**REGIÃO:** Terras Indígenas no Oiapoque (AP) e no nordeste de Roraima, e o Centro Amazônico de Formação Indígena, em Manaus.

**PARCEIROS:** The Nature Conservancy – TNC (líder do consórcio), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ e Conselho Indígena de Roraima – CIR.

**FINANCIADOR:** USAID–Brasil.

## **DESTAQUES EM 2010**

**Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste de Mato Grosso – Módulo 5:** Realizada em janeiro na cidade de Cacoal - RO, esta última etapa se destinou a reforçar as necessidades específicas dos cursistas e a orientar seus trabalhos finais.

**Seminário Integrador:** Realizada em Cacoal-RO com a participação de cerca de 60 pessoas, a atividade encerrou o processo de formação dos gestores indígenas. Na ocasião, foram apresentados os trabalhos finais dos alunos e discutidos assuntos relevantes relacionados ao tema do curso.

**Avaliação Institucional do Centro Amazônico de Formação Indígena:** Realizada em Manaus, no mês de março, a apresentação do relatório final e do vídeo do processo de avaliação institucional sobre a perspectiva pedagógica, institucional e administrativo-financeiro do CAFI.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Formação de 21 indígenas como Gestores de Projetos do Noroeste do Mato Grosso, Rondônia e Sul do Amazonas
- Avaliação institucional do Centro Amazônico de Formação Indígena/CAFI
- Participação no processo das consultas regionais da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI
- Realização do Seminário Internacional “Mapeamentos Participativos e Gestão de Territórios Indígenas na Amazônia” com 150 participantes.

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

O *Seminário Internacional: Mapeamentos Participativos e Gestão de Territórios Indígenas na Amazônia* reuniu o estado da arte e os aprendizados das iniciativas, bem como abordagens, conceitos e metodologias empregadas avaliando suas repercussões para a garantia do bem estar e da autonomia dos povos indígenas. Entre os dias 15 e 19 de novembro de 2010, 150 representantes do movimento indígena, da sociedade civil e de governos do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa estiveram reunidos na capital do estado do Acre, Rio Branco, para discutir essa agenda.

Durante o encontro, representantes de associações indígenas e técnicos de organizações parceiras apresentaram conceitos e metodologias empregados nos processos de gestão territorial indígena nos diferentes países. O debate promoveu um avanço na agenda da autonomia dos povos indígenas na gestão de seus territórios. A proposta foi, também, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas, que devem ter como eixo principal a garantia da titularidade e a integridade dos territórios indígenas na Amazônia.

Os pontos altos da programação foram as apresentações de experiências nas Mesas Expositivas e na “Feira de Experiências”, e os Grupos de Trabalho em torno de temas afins. As atividades aconteceram na Usina de Artes “João Donato” (antiga usina de beneficiamento de castanha transformada em pólo de produção cultural pelo “Governo da Floresta”) e no Centro de Formação dos Povos da Floresta da Comissão Pró-Índio do Acre (também conhecido como “Sítio da CPI”). Nestes espaços, os participantes tiveram a oportunidade de trocar informações, materiais e produtos relacionados *aos conhecimentos acumulados de cada país, além de firmarem novas amizades e parcerias com base nas lutas comuns a todos os Povos Indígenas da Amazônia.*

*O Seminário Internacional: Mapeamentos Participativos e Gestão de Territórios Indígenas na Amazônia* foi uma iniciativa de um conjunto de organizações indígenas e não indígenas da Amazônia. O Comitê Executivo do evento foi composto pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI Acre) e o Governo do Estado do Acre, por meio da Assessoria Especial dos Povos Indígenas (AEPI), e de Meio Ambiente (SEMA) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), com financiamento da Fundação Gordon e Betty Moore.

## **PROJETO CONSÓRCIO FORTIS - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL NO SUL DO AMAZONAS**

Neste ano de 2010, o relacionamento do Consórcio FORTIS com as organizações parceiras locais se desenvolveu e amadureceu apoiando uma diversidade de eventos de formação e também na estruturação de processos relacionados a definição de temas prioritários como manejo florestal comunitário, manejos de lagos, conselhos de áreas protegidas e gestão territorial. Outro aspecto foi o fortalecimento da relação com os governos estadual e federal, tais como ICMBio, Serviço Florestal Brasileiros e CEUC- AM (Centro Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas), ampliando a participação destes nas atividades do consórcio.

O Consórcio Fortis apoiou a construção da capacidade das organizações da comunidade local e órgãos governamentais envolvidos na gestão de nove áreas protegidas de uso sustentável abrangendo um total de 4.167.410 ha. O Consórcio também reforçou a capacidade das organizações indígenas para proteger e gerenciar dezoito territórios indígenas cobrindo 1,669,850 hectares. Produziu e compartilhou informações de monitoramento das taxas de desmatamento e as queimadas associadas e construção de estradas ilegais, produziu análises econômicas de políticas que afetam o desmatamento e os incentivos necessários para evitar o desmatamento. O Consórcio também avançou na discussão de uma série de questões temáticas identificadas como prioritárias para o uso sustentável dos recursos naturais na região. Comissões locais foram criadas para organizar e influenciar a política de acordos de

pesca, manejo florestal comunitário e assentamentos agroextrativistas. Reforçou-se as sinergias com a MABE (*Projeto Manejo de Bacias e Estradas*) e consórcios Garah Itxa através de eventos para apoiar os povos indígenas e agroextrativistas na busca de seus direitos para a mitigação e compensação ambiental da pavimentação da rodovia BR 317 em Boca do Acre – AM.

**OBJETIVO:** Fortalecer as organizações locais para que enfrentem problemas associados ao avanço da fronteira de desmatamento e aumentar o diálogo entre diferentes atores para assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na região. Este consórcio é liderado pelo IEB.

**PERÍODO:** 2006 a 2011.

**BENEFICIÁRIOS:** Lideranças comunitárias de associações de bairro, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e associações de pequenos produtores rurais.

**REGIÃO:** Municípios de Humaitá, Lábrea, Manicoré, Boca do Acre, Canutama, Apuí e Novo Aripuanã, no sul do Estado do Amazonas.

**PARCEIROS:** Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé, Conservação Estratégica – CSF e Equipe de Conservação da Amazônia – ACT-Brasil.

**FINANCIADOR:** USAID-Brasil.

#### **DESTAQUES EM 2010:**

- **Discussão sobre Plano de Manejo Florestal para área piloto da Cooperativa Extrativista Familiar Florestal de Apuí – CEFFAP:** Realizada na cidade de Apuí, participaram da reunião ocorrida em fevereiro as cinco principais lideranças da CEFFAP, que iniciaram discussão sobre o manejo florestal comunitário e familiar na região. Como parte do encontro, foi realizada uma visita às instalações da recém-criada Oficina-Escola de Apuí, para produção de móveis artesanais, cujas aulas foram iniciadas em maio. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas foi parceira nesta iniciativa e pretende que as atividades realizadas na Oficina-Escola sejam modelo de atuação legal na extração da madeira. Em abril realizou-se um encontro em Manaus com a SDS que reuniu os coletivos de Manejo Florestal Comunitário dos municípios de Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã.
- **Reunião do Núcleo de Agricultura da Cooperativa Extrativista Familiar Florestal de Apuí:** Realizada em fevereiro, em Apuí. O Núcleo agrupa cerca de 20 pequenos produtores rurais que produzem café e guaraná no município. O IEB apoiou o projeto, cujo objetivo é eliminar os atravessadores dessas cadeias produtivas na região. Como proposta preliminar, o Fortis reuniu-se com o Banco do Brasil, em Humaitá, para articular a elaboração de um Diagnóstico Regional Sustentável para o município de Apuí.
- **Oficinas de boas práticas e manejo da castanha:** Realizadas no primeiro trimestre do ano pela Cooperativa Verde de Manicoré – Covema, na cidade de Manicoré, as oficinas

prepararam os castanheiros para uma produção de melhor qualidade, eliminando as dificuldades de armazenamento que causam problemas com fungos. Principal objetivo da iniciativa: a valorização da castanha da região nos mercados locais e regionais. Espera-se beneficiar cerca de 40 comunidades e aproximadamente 800 castanheiros nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã.

- **Reunião com as Comissões de Assentados e da Pesca sobre manejo, capacitação e acordos de pesca:** Realizada em Humaitá, em março, a reunião contou com a participação de 15 pessoas e teve como pauta: intercâmbio sobre manejo de jacaré na Resex Cuniã, em Porto Velho; encaminhamentos do Documento dos Assentamentos para o Inbra de Manaus e o Ministério Público Federal do Amazonas; acordo de pesca e capacitação em Associativismo na Comunidade do Lago de Três Casas. Um dos resultados do encontro foi a definição do intercâmbio sobre o manejo de jacaré, ocorrida em junho.
- **Preparação do Intercâmbio sobre Manejo de Jacaré na RESEX Cuniã:** Realizada na Diocese de Humaitá em maio, a reunião juntou cerca de 20 lideranças ribeirinhas da Comissão de Pesca da Calha do Madeira para organizar a agenda e a logística de deslocamento da Comissão de Pesca para o intercâmbio de experiências, em Porto Velho, em agosto. Os presentes também discutiram estratégias para o fechamento do Acordo de Pesca da Calha do Madeira para as Comunidades do Lago do Antonio e do Lago de Três Casas.
- **Reunião sobre Assistência Técnica nos Assentamentos do Sul do Amazonas:** Realizada em julho em Novo Aripuanã, com a participação de 8 representantes: IEB, Inbra, Cefap, Ideas, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Lábrea e Prelazia de Lábrea. O objetivo foi debater alternativas para apresentação de propostas de Assistência Técnica (ATER) baseadas na implantação de Sistemas Agroflorestais para os assentamentos da reforma agrária nos municípios de Lábrea, Manicoré e Apuí.
- **Seminário Regional sobre Sistemas Agroflorestais:** Organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Amazonense Sustentável – Ideas com apoio do IEB e da Secretaria Municipal de Agricultura de Manicoré – Semapa em Manicoré, em setembro, contou com a participação de mais de 60 agricultores familiares de três municípios: Manicoré, Apuí e Humaitá. O evento serviu para discutir novos modelos agroecológicos de produção sustentável. Estavam presentes também o Banco da Amazônia, a Comissão Executiva do Plantio e Lavoura Cacaueira – Ceplac, a Rede Amazonense de Agricultores Tradicionais – Reata e o Instituto Pacto Amazônico – IPA. Os agricultores de Manicoré mostraram o trabalho desenvolvido durante mais de 2 anos para implantação dos sistemas agroflorestais nas suas propriedades.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- . Ampliação da articulação no tema manejo florestal comunitário para o contexto do Sul do Amazonas.
- . Mobilização dos atores locais para os temas acordos de pesca, manejo de lagos e assentamentos agroextrativistas.

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **LÁBREA SOCIEDADE CIVIL PARTICIPA DA OPERAÇÃO ARCO VERDE**

Operação Arco Verde é uma iniciativa do governo federal destinada aos municípios da Amazônia com maiores índices de desmatamento. O objetivo é reunir os esforços de uma série de órgãos federais, estaduais e municipais para implementar políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável. A Operação consiste de uma agenda de compromissos acordados entre as partes com o objetivo de redução do desmatamento. Lábrea é o único município no Estado do Amazonas incluído na lista da maioria dos municípios desmatados. Operação Arco Verde é coordenada pelo Gabinete Presidencial (Casa Civil). A organização das ações em Lábrea é da responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

Como consequência do fortalecimento institucional de apoio que o Consórcio Fortis tem prestado, as organizações locais de Lábrea têm sido capazes de participar de Arco Verde de forma ativa, sendo protagonistas. Até agora, cinco grandes eventos tiveram lugar: primeira reunião da operação em Lábrea e assinatura da agenda de compromisso por parte dos governos federal, estadual e municipal (Novembro 2009); segunda reunião da operação com a participação de organizações da sociedade civil (de maio 2010); reunião das organizações da sociedade civil para decidir sobre as orientações e propostas para a operação, quando uma carta foi emitida definição (Junho de 2010); terceira reunião da coordenação Arco Verde com a participação da sociedade civil (Julho de 2010); primeira reunião do Comitê de Gestão Arco Verde local com o estabelecimento de grupos de trabalho do setor - de pesca, madeira, extrativismo, agriculturas familiares e regularização fundiária. IEB tem assistido, agindo como secretariado da comissão local e apoiado as organizações locais na definição de objetivos comuns, na resolução de conflitos e na preparação de propostas a serem negociadas com as agências federais, estaduais e municipais. Todos os grupos sociais diretamente envolvidos com o problema do desmatamento e o desenvolvimento de alternativas de produção sustentável são representados nas reuniões e grupos de trabalho.

### **PROJETO FORTIS 319**

O Projeto de Fortalecimento Institucional das Unidades de Conservação Situadas na Área de Influência da BR 319 iniciou suas atividades em maio de 2009 e 2010 foi o ano em que o projeto mostrou sua face e obteve realizações significativas, reforçando as parcerias e a rede de colaboração regional relacionadas à gestão participativa das Unidades de Conservação. Entre as realizações destacamos as oficinas de formação, posse e capacitação dos Conselhos Gestores de três das seis UCs contempladas pelo projeto (Resex Rio Ituxi, Resex Médio Purus, e Flona Balata-Tufari). Destacamos ainda o lançamento do primeiro Edital de Chamada para projetos do Programa de Pequenos Apoios, com 25 projetos enviados e 13 aprovados (R\$ 144.371,60). As nove oficinas sobre temas diversos capacitaram 393 produtores agro-extrativistas e indígenas residentes dentro e no entorno das UCs e, finalmente, o Termo de Reciprocidade entre IEB e ICMBio foi firmado e publicado no Diário Oficial da União. Estes resultados apontam para o avanço da consolidação dos conselhos, além da possibilidade de

ênfoque em atividades estruturantes que fortaleçam a organização social e a participação efetiva das populações tradicionais nas tomadas de decisão sobre os Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

**OBJETIVO:** Atuar na capacitação e no fortalecimento de organizações da sociedade civil em temas relacionados à gestão de Unidades de Conservação, tais como: Sistema Brasileiro de áreas Protegidas, manejo de baixo impacto, produção agroecológica, instrumentos de política ambiental e desenvolvimento sustentável, gestão financeira e administrativa de projetos.

**PERÍODO:** 2009 a 2012

**BENEFICIÁRIOS:** Lideranças das comunidades tradicionais locais, técnicos e administradores de áreas protegidas em temas relacionados ao processo de consolidação das unidades de conservação.

**REGIÃO:** Unidades de conservação na área de influência da BR-319. O projeto tem como foco seis unidades de conservação localizadas ao Sul do Estado do Amazonas, são elas: Reserva Extrativista do Lago Cuni; Reserva Extrativista do Médio Purus; Reserva Extrativista do Ituxi; Floresta Nacional de Balata-Tufar; Floresta Nacional de Humaitá; e Estação Ecológica Cuni.

**PARCEIROS:** Comissão Pastoral da Terra de Lábrea, Instituto Pacto Amazônico – IPA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

**FINANCIADOR:** Fundação Gordon & Betty Moore.

#### **DESTAQUES EM 2010**

- **Seminário – A Implementação das Unidades de Conservação na área de Influência da BR-319 e o Desafio da Gestão Participativa:** Realizado no mês de março em Humaitá, em parceria com o ICMBio, teve por objetivo promover reflexão coletiva sobre os significados e desafios da gestão participativa de UC’s no contexto geral da área de influência da BR-319. Participaram cerca de 35 pessoas, entre as quais gestores das unidades de conservação – Resex do Ituxi, Médio Purus e Lago do Cuni, Flonas de Humaitá, Balata-Tufari e Iquiri, Esec Cuni e Parna Mapinguari –, equipe do IEB, representantes das organizações representativas dos moradores das unidades de uso sustentável – Atamp, Apadrit, Associação da Resex do Lago do Cuni –, representantes da Comissão Pastoral da Terra de Lábrea, IPA e CNS. A programação incluiu a participação de especialistas nos temas abordados, a formação de grupos de trabalho e o planejamento de ações. Ao final, foram apresentados e socializados planos de trabalho para cada unidade de conservação e discutida uma estratégia de articulação regional das ações e iniciativas propostas.
- **Reunião sobre o Fortalecimento do Conselho de Gestão Integrada do Cuni-Jacundá:** Realizada em maio, em Porto Velho, seu objetivo foi discutir a proposta de fortalecimento do conselho de gestão integrada do Cuni-Jacundá – Resex do Cuni, Esec do



Cuniã e Flona Jacundá – apresentada pelo Núcleo de Apoio a Comunidades Rurais da Amazônia – Napra. Participaram da atividade três gestores do ICMBio, uma técnica do Napra e um conselheiro da comunidade.

- **Oficina de Boas Práticas da Castanha em Lábrea:** Realizada em maio, a atividade foi destinada aos moradores da Comunidade Floresta da Resex Ituxi e desenvolvida a partir da programação do coletivo do Consórcio Fortis de Lábrea e dos parceiros da estratégia do Desenvolvimento Rural Sustentável –DRS. A agenda do DRS em Lábrea visa fortalecer a cadeia produtiva da castanha e tem o apoio do Banco do Brasil. A oficina contou com a experiência do técnico Marilson Rodrigo, que acompanhou a Cooperativa Verde de Manicoré por um ano. A interação temática foi reforçada com a presença de comunitários da Resex Cuniã. Participaram cerca de 60 pessoas, entre castanheiros, cooperados da Coopmas, comunitários das Resex Ituxi e Cuniã (RO). A organização da oficina ocorreu a partir da articulação da Coopmas, Idam, ICMBio e Apadrit.
- **Curso de Gestão Financeira de Projetos:** Realizado em Lábrea, em agosto, o curso foi oferecido pelo IEB e contou com a participação de 26 pessoas, representando 15 organizações locais. Seu objetivo foi fortalecer a capacidade de atores locais na gestão financeira e operacional de projetos. Temas discutidos: formação, documentação e habilitação de associações e ciclo de gestão de projetos. Este foi o primeiro curso sobre o tema realizado no sul do Amazonas. O projeto prevê a realização de módulos complementares e a realização de novas edições do curso contemplando representantes dos projetos do Fundo de Pequenos Apoios do Fortis BR-319.
- **Oficina sobre Fortalecimento de Conselho Consultivo:** Realizada em agosto, contou com 49 participantes, representando associações de pequenos agricultores e conselheiros da Floresta Nacional de Humaitá. O evento ocorreu na Comunidade Barreira do Tambaqui, no município de Humaitá.
- **Oficinas sobre gestão participativa das UCs no Sul do Amazonas:** Atividades promovidas em agosto pelo IEB, em Lábrea, e por parceiros visando a melhoria na gestão participativa na Flona Balata-Tufari, na Resex do Ituxi e na Resex do Médio Purus. As oficinas apresentaram as ações realizadas nessas unidades de conservação e repassaram orientações sobre o funcionamento e o papel dos conselhos nas unidades de uso sustentável. Os encontros também definiram a composição, o papel e a função dos conselhos e dos conselheiros.
- **Oficina sobre Manejo Florestal em Canutama:** Promovida pelo IEB e seus parceiros em agosto, a atividade apresentou o levantamento sobre a origem e o uso da madeira nas movelarias de Canutama, realizado em 2010 pelo ICMBio em parceria com a Promotoria de Justiça e a Associação dos Pequenos Serradores e Moveleiros de Canutama – Apesimoc. A oficina contou com a presença de 35 pessoas. Durante o evento foram niveladas informações sobre a realização do manejo de madeira em Canutama, com avanço no diálogo entre as unidades de conservação e o setor madeireiro do município, estabelecendo uma agenda de compromissos entre as instituições. Como resultado do encontro foi estabelecida uma agenda de compromissos para o setor madeireiro, que envolve a realização de capacitações em

associativismo, manejo florestal comunitário e legislação do setor, além da gestão junto ao IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas) para cobrar as licenças de operação das movelarias de Canutama.

- **Inauguração do Chapéu de Palha da Comunidade dos Agricultores Indígenas do Caitetu e Tauaruã:** O espaço foi inaugurado em dezembro e beneficiou as aldeias localizadas no município de Lábrea. Será destinado à realização de reuniões e eventos da comunidade. Em média, 20 famílias serão atendidas por este projeto da ACAIC (Associação da Comunidade dos Agricultores Indígenas do Caitetu) em parceria com o IEB, CNS, ICMBio, CPT, Idam, Funai e Funasa. O projeto apoiado pelo Fundo de Pequenos Apoios do Projeto Fortis BR-319 foi o primeiro a ser executado e a ter sua prestação de contas finalizada.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Lançamento do 1º. Edital do Fundo de Pequenos Apoios com a participação de 25 projetos
- Inauguração do 1º. Centro comunitário apoiado pelo Fundo de Pequenos Apoios
- Ampliação da capacidade dos extrativistas locais no manejo da castanha

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **Fundo de Pequenos Apoios**

O Fundo de Pequenos Apoios é um dos componentes do Projeto BR 319, financiado pela Fundação Gordon e Betty Moore e destinado a apoiar iniciativas de organização comunitária dentro e no entorno das unidades de conservação, localizadas na área de influência da BR 319 (Flona de Humaitá-AM, Flona Balata Tufari-AM, Resex Médio Purus-AM, Resex Ituxi-AM, Resex Lago do Cuniã-RO e Esec Cuniã-RO). O total de recursos destinados ao Fundo, entre 2010 e 2012 é de R\$ 500 mil. Em 2010 o IEB recebeu 25 projetos em resposta ao 1º Edital, dos quais 13 foram aprovados pela Câmara Técnica e muitos já estão concluídos. Em 2011 o IEB recebeu 39 projetos em resposta ao 2º Edital, dos quais 18 foram aprovados pela Câmara Técnica e estão em andamento.

Desde o início da implantação do Fundo, o Comitê Executivo decidiu que seria melhor ter duas categorias de projeto: o Piaba, de até R\$ 5 mil, para contemplar ações rápidas (seis meses) e de baixo custo; e o Tambaqui, de até R\$ 25 mil, longo prazo (até 18 meses) e mais estruturantes.

Em 2010 o IEB recebeu 25 projetos em resposta ao 1º Edital, dos quais 13 foram aprovados pela Câmara Técnica e muitos já estão concluídos. O total de recursos aprovados em 2010 foi de R\$ 144,3 mil.

A demanda por financiamentos do tipo oferecido pelo Fundo de Pequenos Apoios BR 319 é crescente, principalmente porque os recursos do Fundo conseguem chegar à base com agilidade e simplicidade, favorecendo diversos grupos e pequenas associações que ainda estão no início de sua organização social.

A estrutura de governança do Fundo de Pequenos Apoios é composta por um Comitê Executivo (IEB, ICMbio, CPT, IPA, CNS), Câmara Técnica de Avaliação e Seleção de Projetos e Sistemas de Monitoramento dos Projetos Aprovados. A proposta está baseada na transparência, isenção e autonomia, garantindo, desta forma, melhor aproveitamento dos recursos, onde, a Câmara Técnica tem o papel de avaliar e selecionar projetos com objetividade e imparcialidade, segundo os materiais de avaliação; o IEB (4 participantes – 2 de Brasília, 1 de Lábrea, e 1 de Belém) ajuda na condução dos trabalhos da Câmara Técnica e de relatoria e o ICMBio de Porto Velho e o CPT/Lábrea representam a transparência no papel de ouvinte/observador, podendo intervir para esclarecer dúvidas.

## **PROJETO XINGU AMBIENTE SUSTENTÁVEL**

O ano de 2010 foi de intenso trabalho e avanços importantes para o IEB em São Félix do Xingu - PA. Foi um ano de “chegada” no município e de imersão no local, propiciada pela primeira etapa de nosso projeto com o Fundo Vale, o XAS I. Esta primeira etapa nos proporcionou o estreitamento de laços com o público de nossas ações e a consolidação de nossa parceria com a ADAFAX. Como resultado da ação implementada pelo projeto destaque, neste ano, três avanços significativos. O primeiro deles diz respeito à nossa contribuição para a formação do Conselho Gestor da APA e seu fortalecimento, como mecanismo de gestão territorial participativa nesta unidade de conservação, cujos índices de desmatamento colocariam um município na lista dos maiores desmatadores; em segundo destacaria a mobilização de um grupo de 40 lideranças da agricultura familiar, em torno da discussão socioambiental no contexto adverso dessa fronteira na Amazônia e, por fim a elaboração de uma agenda pactuada entre os pequenos produtores visando a redução do desmatamento. Além disso, a aprovação pelo Fundo Vale, da segunda etapa do projeto para mais três anos, foi uma ótima notícia, o que nos permitirá avançar em ações estruturantes identificadas na primeira fase e que ajudarão São Félix do Xingu a encontrar um patamar de sustentabilidade.

**OBJETIVO:** Fortalecer os processos locais de articulação e desenvolvimento institucional, visando à governança socioambiental e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais, criando bases para um programa de combate ao desmatamento com engajamento dos pequenos produtores.

**PERÍODO:** 2009 a 2013.

**BENEFICIÁRIOS:** *Lideranças comunitárias de associações de pequenos produtores, cooperativas e sindicato de trabalhadores rurais de São Félix do Xingu.*

**REGIÃO:** Município de São Félix do Xingu, Pará.

**PARCEIROS:** Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu – Adafax.

**FINANCIADOR:** Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale.

## **DESTAQUES EM 2010**

**Diagnóstico Institucional de São Félix do Xingu - PA:** Nesta segunda etapa, ocorrida em janeiro, a pesquisa de campo foi realizada nas comunidades de Lindoeste, Sudoeste, Primavera, Taboca, Nereu e Ladeira Vermelha. Também foram ouvidas a empresa Metal Mig, a Sematur, a Emater, a CPT de Tucumã e a CFR de São Félix do Xingu. Em 22 de janeiro, a primeira fase o diagnóstico foi apresentada em Belém, em parceria do IEB a TNC. Ambas as organizações são apoiadas pelo Fundo Vale com o objetivo de desenvolver atividades de combate ao desmatamento no município.

**Seminário sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR):** Realizado em São Félix do Xingu em março, apresentou à Adafax as principais políticas públicas sobre o tema. Participaram 20 agricultores e técnicos de organizações que possuem projetos sobre o CAR na região, como Sema, MMA e TNC. A discussão teve como resultado um documento de posicionamento da ADAFAX sobre o CAR intitulado “Posicionamento da ADAFAX e de suas Entidades Parceiras acerca do Cadastro Ambiental Rural – CAR.”

**Oficinas “Planejando um Município Sustentável”:** Foram realizadas em duas etapas, nos meses de maio e junho, em São Félix do Xingu. A atividade teve a participação de cerca de 80 agricultores familiares da APA Triunfo do Xingu e da Região de Sudoeste, as oficinas tiveram o objetivo de promover a discussão sobre sustentabilidade e sobre demandas para a criação de uma agenda socioambiental junto aos pequenos produtores, de forma a contribuir com a transformação de São Félix do Xingu em um município verde.

**Reunião para discutir a formação do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu:** Realizada em junho, em São Félix do Xingu, seu objetivo foi difundir conceitos sobre as diferentes categorias de unidades de conservação, suas características e formas de gestão. O IEB coordenou a reunião de formação, como convidado das lideranças da unidade de conservação e ressaltou os princípios para a formação dos conselhos, cujo bom funcionamento deve ter como critério a representatividade e a legitimidade. Participaram cerca de 100 pessoas, dentre as quais representantes das associações de Pequenos Produtores Rurais, do Sindicato dos Produtores Rurais, da Sema, fazendeiros, autoridades públicas e dez associações da APA.

**Diagnóstico Institucional da Adafax:** Realizado em outubro de 2010, seu objetivo foi levantar e construir uma visão compartilhada entre os envolvidos na Adafax acerca dos principais avanços, acúmulos, fragilidades e desafios da organização, tendo em vista a sua missão e a sua trajetória; identificar as prioridades de enfrentamento das fragilidades e desafios e formular uma proposta preliminar de processo. O diagnóstico serviu para um reposicionamento estratégico desta organização, que atua desde 2004 em São Félix do Xingu, com o propósito de assessorar tecnicamente grupos de agricultores familiares interessados em adotar práticas produtivas que possam representar alternativas à intensa degradação ambiental.

**Curso de Gestão Territorial:** Realizado em São Félix do Xingu, em agosto, contou com a participação de cerca de 50 pessoas, entre lideranças da APA Triunfo do Xingu, técnicos e dirigentes da Adafax e de um representante da Sema. Entre os assuntos abordados estavam o Zoneamento Ambiental e Territorial, o Plano de Manejo e o Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu.

**Seminário “Construindo um plano coletivo para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento em São Félix do Xingu”:** Reuniu em São Félix do Xingu cerca de 100 pessoas em agosto, dentre as quais representantes de ONGs e de seis órgãos do governo, como Inbra, Iterpa, Sema e MMA para discutir as necessidades do município. O principal resultado do evento foi a definição de uma agenda positiva de ações pactuada entre os pequenos produtores visando a redução do desmatamento no município.

**Encontro sobre certificação da produção de cacau no Sul do Pará:** Em parceria com o Imaflora, o IEB articulou em setembro a visita do consultor Matheus Couto em São Félix do Xingu e promoveu um encontro entre organizações ligadas ao cultivo e à comercialização do cacau para difundir informações sobre vantagens e caminhos para a certificação do produto. O objetivo é valorizar o cacau e torná-lo uma alternativa econômica para o município, que é extremamente dependente da pecuária, atividade ligada ao desmatamento na região.

**Oficina “Alternativas de Combate ao Desmatamento em São Félix do Xingu (PA): Modelo de Lote Sustentável”:** Realizada em outubro contou com a participação das lideranças locais e pequenos produtores e abordou os potenciais produtivos que podem ser economicamente e ambientalmente sustentáveis para a agricultura familiar na região, tais como o cultivo do cacau, a piscicultura e a criação de pequenos animais (galinha e porco).

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Documento com a percepção e posicionamento da Adafax sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- Comissão de representantes das Associações de pequenos produtores da APA do Triunfo do Xingu.
- Diagnóstico Político-Institucional de São Félix do Xingu subsidia o Plano de Manejo da Apa do Triunfo.
- APA Triunfo do Xingu define membros do Conselho Gestor
- Aprovação pelo Fundo Vale da proposta de continuidade do projeto Xingu Ambiente Sustentável

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO RESULTAM NA CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DO TRIUNFO DO XINGU**

Nossa história de sucesso diz respeito a dinâmica de discussão, formação e articulação que empreendemos junto aos moradores da APA para influenciarem na criação do Conselho

Gestor. A dinâmica de discussão favoreceu conhecimentos e debates junto aos moradores e reforçou uma proposta de composição do Conselho, com voz e voto para os moradores da unidade, principais interessados na sua gestão, de forma que o Conselho tem representantes de moradores de 10 setores da APA, entre 16 representantes da sociedade civil.

Para se chegar a esse bom resultado foram realizados três eventos abordando os seguintes temas: Oficina Planejando um Município Sustentável nos distritos de Taboca e Sudoeste, Formação do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu na comunidade de Vila Central e Manejo de Fogo nas comunidade de Vila dos Crentes.

Um dos principais resultados alcançados com essas atividades somadas as atividades de capacitação sobre a *gestão territorial* foi a criação do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu. Outras iniciativas também colaboraram para a constituição do conselho, mas convém destacar a mobilização e capacitação feita pela Sema e as discussões realizadas pela Adafax junto aos pequenos produtores desde a criação da unidade. Entretanto, o processo de capacitação conduzido pelo IEB e Adafax, no âmbito do Projeto XAS, possibilitou o reforço de conhecimentos sobre o que é unidade de conservação e a gestão territorial dessas unidades, com foco na APA, provocando desse modo a qualidade do debate e a qualificação de demandas pelos pequenos produtores no espaço público. Além disso, essas atividades fomentaram a mobilização dos pequenos agricultores em torno de uma proposta para se fazerem representar no conselho, influenciando assim a composição dessa instância de gestão.

## **PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE BARCARENA - PA**

O ano de 2010 foi marcado pelo início do projeto apoiado pela Comunidade Europeia que veio como aporte para fortalecer os objetivos previstos pelo IEB no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPE) e a empresa Ymeris. As ações concentraram-se no fortalecimento de capacidades de lideranças e organizações locais a fim de qualificar sua intervenção frente às problemáticas sócio ambientais no município de Barcarena, assim como habilitá-las para o diálogo intersetorial.

Além disso, foram realizados intercâmbios com outras experiências e estudos sobre temas estratégicos como a responsabilidade social das empresas. Destaca-se ainda, a realização de um painel durante o Fórum Amazônia Sustentável (FAS) intitulado “Condições para o diálogo Intersectorial”, a participação da rede de organizações de Barcarena foi preparada de antemão numa das capacitações sobre responsabilidade social empresarial, na qual foi confeccionado um documento distribuído durante o evento que marca a disposição da sociedade civil de Barcarena em dialogar com as empresas locais em prol do desenvolvimento sustentável do município. Como desafio para os próximos anos têm-se a necessidade de consolidar o processo de construção de um espaço público visando o gerenciamento de recursos, conflitos e a redução de impactos socioambientais no Município de Barcarena-PA.

**OBJETIVO:** Promover o fortalecimento das instituições do município de Barcarena – PA por meio da capacitação das organizações da sociedade civil, para que se tornem aptas ao

enfrentamento dos problemas socioambientais presentes no contexto de um pólo de mineração.

**PERÍODO:** 2010 a 2012

**BENEFICIÁRIOS:** Lideranças comunitárias de associações de bairro, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e associações de pequenos produtores rurais de Barcarena.

**REGIÃO:** Município de Barcarena, Pará.

**PARCEIROS:** Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Barcarena e Núcleo de Meio Ambiente – Numa.

**FINANCIADOR:** União Europeia.

### **DESTAQUES EM 2010**

**Curso de Elaboração de Projetos:** Realizado em fevereiro, em Barcarena, o curso de elaboração de projetos capacitou 52 lideranças comunitárias de associações de bairro, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e associações de pequenos produtores rurais de Barcarena. A atividade fez parte das iniciativas de fortalecimento institucional apoiadas pelo IEB-Belém para o município. Entre os objetivos do curso estavam a instrumentalização dos participantes para elaboração de projetos destinados aos fundos regionais, bem como a apresentação de experiências na constituição de fundos destinados ao financiamento de pequenos projetos.

**Oficina para o uso do aparelho de sistema de localização e navegação GPS:** Realizado em julho, uma oficina para o uso de GPS, aparelho de sistema de localização e navegação. O treinamento reuniu cerca de 40 lideranças locais e qualificou grupos para mapear comunidades que estão à margem das indústrias no município, sofrendo com os problemas ambientais e sociais. O treinamento permitiu que 15 participantes apoiassem a equipe do projeto a levantar dados nas localidades de Curuperé, Peteca, Dom Manuel, Maricá e Acuí.

**Oficina sobre Orçamento Público. Módulo II:** Em agosto foi realizada em Barcarena, PA a oficina Orçamento Público – módulo II, promovida pelo projeto Barcarena. A capacitação, que reuniu cerca de 40 participantes na sede do Ministério Público Estadual (MPE), teve como propósito promover uma discussão acerca do acompanhamento do gasto público da cidade. Ao final os participantes elaboram uma “lista de tarefas” para montar um método e um calendário de intervenção nas políticas e na execução dos gastos do município. Nesse caso, um grupo de trabalho foi criado para organizar as discussões sobre o processo de transparência das políticas públicas. Uma das estratégias será avaliar se as emendas aprovadas estão em acordo com as demandas da sociedade civil.

**Oficinas Responsabilidade Social das Empresas (RSE):** Foram realizadas em dois módulos, em setembro e novembro, e envolveram 51 lideranças, seu objetivo foi de ampliar a compreensão e o debate crítico sobre o tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e

suas ferramentas, visando capacitar as lideranças locais para o diálogo social, o acompanhamento, o monitoramento e as inter-relações com as grandes empresas que operam na região. O projeto apoiou e auxiliou também a participação de lideranças das comunidades de Barcarena em reuniões e eventos voltados ao fortalecimento institucional e à articulação política, como:

**Reunião com o Ministério do Meio Ambiente em Brasília:** Em março o IEB acompanhou representantes locais a uma reunião no Ministério do Meio Ambiente que tratou da situação das ocupações urbanas em áreas da Codebar, Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, no Município de Barcarena, Pará. A ocupação vem gerando, ao longo dos últimos anos, intenso conflito fundiário pela posse da terra naquelas áreas urbanas. São 39 ocupações, totalizando 10 mil famílias nessa condição de ocupantes. O processo de ocupação das populações e os processos de reintegração de posse têm motivado muitas reuniões, de debates, de enfrentamentos, de mobilizações, de audiências públicas, das quais as lideranças tem participado nos últimos quatro anos. O objetivo desses debates é buscar alternativas e uma solução para o impasse entre a ocupação das comunidades locais e os pedidos de reintegração de posse feitos em função do processo de liquidação da Codebar.

**Audiências Públicas para Barcarena:** Organizadas pela sociedade civil local ao longo do ano, reuniu 100 participantes que debateram sobre as relações entre empresas e Estado e os impactos socioambientais no município. O IEB auxiliou as lideranças locais a se posicionarem sobre suas demandas e entregou um relatório com o mapa das comunidades atingidas.

**Encontro Regional dos Atingidos pela Vale:** Em julho, onze integrantes de organizações comunitárias e associações de Barcarena foram a Açailândia (MA), onde aconteceu, nos dias 22 e 23, o Encontro Regional dos Atingidos pela Vale, promovido pelo movimento Justiça nos Trilhos. A atividade também levou o grupo a conhecer um importante instrumento de informação da sociedade civil organizada: as rádios comunitárias. O encontro trouxe representantes dezessete municípios e quinze movimentos sociais. O evento fez um levantamento dos conflitos e resistências nas áreas onde a mineradora atua no Maranhão e no Pará. Na ocasião, foram traçadas algumas formas de atuação, como, por exemplo, o diálogo permanente com as comunidades, pesquisa, articulação nacional e internacional, ação jurídica e alternativas econômicas.

**IV Fórum Amazônia Sustentável (FAS):** O IEB apoiou a participação de cerca de 20 lideranças das organizações e de movimentos sociais de Barcarena, que debateram os principais desafios para a gestão do bioma amazônico expuseram suas demandas no painel “Condições para o Dialogo Intersetorial. A atividade aconteceu em novembro, em Belém e debateu os principais desafios para a gestão do bioma amazônico. A abertura do encontro foi voltada à temática política. Um dos destaques do evento foi a participação da sociedade civil de Barcarena que integrou o painel do segundo dia de Fórum. A atividade faz parte das ações de Intercâmbios de Experiências, previstas nos projetos desenvolvidos pelo IEB em Barcarena.



## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- . Fortalecimento do espaço público sociambiental no município de Barcarena
- . Formação das lideranças comunitárias no para o diálogo intersetorial com empresas
- . Ampliação da visibilidade das demandas das comunidades de Barcarena junto aos órgãos públicos federais

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **LIDERANÇAS DE BARCARENA PARTICIPAM DO IV FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS)**

O IEB no ano de 2010 apoiou a participação de cerca de 20 lideranças das organizações e de movimentos sociais de Barcarena, que debateram os principais desafios para a gestão do bioma amazônico expuseram suas demandas no painel “Condições para o Diálogo Intersectorial”. O debate aconteceu durante o IV Fórum Amazônia Sustentável e contou com a participação de empresas da área de mineração, comunidades e representantes da gestão pública.

Durante o IV Fórum Amazônia Sustentável (FAS), que aconteceu em novembro, os participantes debateram os principais desafios para a gestão do bioma amazônico. Um dos destaques do evento foi a participação da sociedade civil de Barcarena que integrou o painel do segundo dia de Fórum, que representadas pelo professor Walmir Sousa, puderam expor suas demandas no painel “Condições para o Diálogo Intersectorial”. Também participaram do debate a jornalista Maristela Bernardo, que representou o IEB; o consultor Ciro Torres (INCT/PPED) e Rolf Georg Fuchs, do Instituto Brasileiro de Mineração.

Questões como corrupção, violência e outras formas não democráticas e participativas de atuação foram apontadas como entraves para um diálogo intersectorial. As comunidades destacaram que é necessário uma atuação ética, com transparência e responsável por parte das empresas. As comunidades querem uma política de boa vizinhança com as empresas, onde a paz e o diálogo social para o fortalecimento do espaço público, os cenários mais amplos e democráticos de negociação estejam presentes. Diante dos problemas causados pelas indústrias no município - assunto exposto no painel - e a falta de proatividade dos empreendimentos em resolvê-los, foi proposto no IV Encontro do FAS a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para abordar os entraves sociais e ambientais causados pela mineração - o IEB, nos próximos anos, deverá ter uma atuação determinante no fomento deste GT.

### **Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial**

Os projetos desta linha têm por objetivo promover a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia por meio da gestão territorial e da adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, visando a redução do ritmo de devastação ambiental. A população beneficiária dos projetos nesta linha de ação é composta, principalmente de pequenos produtores familiares, colonos migrantes, famílias ribeirinhas e comunidades indígenas.

### **PROJETO GARAH ITXA: CORREDORES ETNOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Dentre as realizações significativas do Consórcio Garah Itxa no ano de 2010, destaque deve ser dado a um conjunto de atividades gerais relativas à governança. Durante a “*fase de planejamento*” um conjunto de reuniões vitais foram realizadas para a implementação do projeto. Nesses encontros, estabeleceu-se acordos relativos a comunicação, orçamento, prestação de contas, operacionalização do Comitê Gestor e do Conselho Consultivo, ações conjuntas e estrutura de governança entre os parceiros. Deve ser mencionado ainda o encontro entre representantes dos consórcios Aldeias, Paisagens Indígenas e Garahitxa onde discutiu-se longamente a possibilidade de sinergia entre os consórcios, o que pode vir a gerar resultados positivos em um futuro próximo.

Desenvolvendo as atividades de governança do consórcio, foi possível participar de diversos eventos que possuem grande interface com os objetivos do Consórcio Garah Itxa. Dentre eles, cabe destacar as Consultas Regionais da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Nas consultas realizadas em Cuiabá-MT e Manaus-AM o Consórcio Garah Itxa teve participação expressiva. A primeira reuniu lideranças indígenas do Pará, Mato Grosso e Tocantins. A segunda contou com representantes indígenas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Rondônia e Roraima. Os grupos de trabalho e plenárias realizados durante a consulta tiveram como objetivos o levantamento e consolidação de informações específicas sobre os povos indígenas e o meio ambiente em cada região, com diferentes tipos de pressões e problemas, e verificar se a proposta da PNGATI contempla essa variedade de situações. A participação do IEB se deu desde a discussão das metodologias a serem utilizadas para incentivar a participação dos indígenas até a assessoria técnica das discussões realizadas nos grupos de trabalho.

Outro evento relacionado às atividades de governança que merece destaque foi o Seminário “Capacitação sobre REDD para povos indígenas”, realizado em setembro, na sede da Funai em Brasília. O seminário contou com a participação do IEB, CI, TNC, IPAM, ISA, GTZ e Funai. O objetivo do seminário foi discutir convergências e divergências em torno de um documento orientador para capacitação de povos indígenas sobre o tema REDD. Nos dois dias de discussão o grupo refletiu sobre conteúdos e métodos necessários para informar os povos indígenas sobre a atual temática de REDD, Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais.

**OBJETIVO:** Gestão dos territórios indígenas, fortalecimento de suas organizações e desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para os povos. Garah Itxa significa “juntos com a floresta” na língua indígena Suruí. Este consórcio é liderado pelo IEB.

**PERÍODO:** 2009 a 2012.

**BENEFICIÁRIOS:** Treze terras indígenas, 24 organizações indígenas e 33 unidades de conservação.

**REGIÃO:** Corredor Etnoambiental Monde-Kwahiba, em Rondônia, sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso, com foco em dois sítios âncora: Terra Indígena Sete de Setembro, etnia Suruí e Terra Indígena Nove de Janeiro, etnia Parintintin.

**PARCEIROS:** Equipe de Conservação da Amazônia – ACT-Brasil, Conservação Estratégica – CSF, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé e Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí – Gamebey.

**FINANCIADOR:** USAID-Brasil.

## **DESTAQUES EM 2010**

**Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos:** Certificado em conjunto com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, teve foco na captação de recursos por meio de projetos e da viabilização de atividades econômicas sustentáveis. Capacitou 22 indígenas representantes de 13 povos.

**Diagnóstico Institucional da Associação Metareilá e do Conselho Cinta-Larga:** Início das atividades de fortalecimento institucional das duas organizações indígenas.

**Assessoria ao Conselho do Povo Cinta Larga:** Oferecida a 15 lideranças na reformulação do Estatuto Social, na eleição do Conselho Diretor e na elaboração do plano de ação do novo conselho.

**Assessoria à Associação do Povo Indígena Jiahui – APIJ:** Oferecida a 17 membros da equipe e jovens que estão sendo formados pela associação. Assessoria em controle financeiro e planejamento de ações.

**Assessoria à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB:** Colaboração aos dirigentes da COIAB na concepção e preparação do II Encontro dos Povos Indígenas do Corredor Tupi “Fortalecimento Político para uma Economia Sustentável”; no Monitoramento do Plano de Ação 2010-2011; no planejamento das atividades e despesas; e na revisão do manual de procedimentos administrativos e do organograma do consórcio.

**Assessoria à União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB:** Quatro integrantes do atual conselho receberam assessoria na elaboração do plano de ação e na

elaboração de uma proposta de projeto para a Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente.

**Seminário de Capacitação sobre REDD para Povos Indígenas:** O evento foi oferecido pela Funai para discutir os pontos comuns e as divergências em torno de um documento para capacitação de povos indígenas sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- 122 indígenas capacitados nos temas planos de vigilância territorial, agentes ambientais e criação de viveiros e produção de mudas florestais
- Realização do Seminário de Capacitação sobre REDD para os povos indígenas
- Oficinas preparatórias do Fundo de Gestão Carbono Suruí

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **REFLORESTAMENTO DA TERRA INDÍGENA PAITEREY KARAH (TI SETE DE SETEMBRO) PELO POVO PAÍTER SURUÍ**

O povo indígena Paiter, também conhecido como Suruí, habita atualmente a Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, localizada entre os estados de Rondônia e de Mato Grosso, em uma área de 248.146 hectares de floresta amazônica. Atualmente somam uma população de aproximadamente 1.300 indígenas, divididos em 24 aldeias, dispostas nos limites da terra indígena. A distribuição espacial das aldeias se constitui como uma das estratégias contra a entrada de não indígenas em seu território. A Terra Indígena Sete de Setembro faz parte do Corredor Etnoambiental Mondé-Kawhiba onde estão localizadas nove terras indígenas.

Os Paiter realizaram com o apoio da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé um diagnóstico etnoambiental e um plano de gestão para a Terra Indígena Sete de Setembro. Toda a metodologia para a realização do diagnóstico foi construída com a participação das comunidades indígenas. Ao longo dos levantamentos, as comunidades perceberam que 7% da mata estavam desmatados e que era necessário reverter o processo de degradação da terra indígena.

As atividades de reflorestamento foram contempladas no Plano de Gestão Etnoambiental elaborado a partir do diagnóstico. Entre as metas traçadas pelos Paiter, estavam a construção de viveiros florestais nas aldeias, o adensamento de roças agroflorestais e quintais diversificados, bem como o enriquecimento da floresta com espécies que foram retiradas por meio de desmatamento ilegal o que ficaram fora dos limites demarcados pelo governo brasileiro, como o tucumã. A palmeira do tucumã é a espécie-símbolo da experiência de reflorestamento dos Suruí e foi uma das primeiras matérias-primas elegidas pelas comunidades, por sua importância na confecção de artesanatos e utilização na alimentação tradicional.

As ações do projeto também serviram para formar os jovens indígenas na temática ambiental por meio de oficinas, cursos de capacitação e atividades práticas em suas aldeias. À medida que as áreas próximas às aldeias foram sendo reflorestadas, floresceu a conscientização ambiental do povo Paiter Suruí e a revalorização da floresta como pressuposto essencial para manutenção do modo de vida tradicional indígena.

## **PROJETO CLUSTER E FLORESTA EM PÉ**

Em 2010 o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar do IEB executou os projetos Forest Enterprise Cluster e Floresta em Pé (FEP), apoiados respectivamente pela Usaid e FFEM. No âmbito do Cluster, dentre as ações realizadas destaca-se o fortalecimento e constituição de uma coordenação do manejo florestal comunitário no Sul do Amazonas a partir da realização do “I Encontro Regional de MFC&F do Sul do Amazonas” realizado em Abril de 2010 em Manaus. Bem como o fortalecimento das capacidades reflexivas sobre o manejo florestal comunitário para alunos do curso técnico em floresta do Instituto Federal do Pará (IFPA) a partir da realização de atividades de campo em comunidades tradicionais (Resex Verde para Sempre, Gurupá e Flona do Tapajós) que desenvolvem a prática do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF). Já no âmbito do FEP destaca-se a realização de um estudo sobre a organização social e produtiva para beneficiamento e comercialização de Produtos Florestais não madeireiros (PFNMs) nas comunidades de Santo Antônio e no Projeto de Assentamento (PA) Moju I e Nazaré, São Domingos e Pedreira na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós que subsidiou a elaboração de uma estratégia de ação junto à essas comunidades para o acesso ao mercado do óleo de Andiroba em Santarém. Além disso, durante o primeiro semestre de 2010, a equipe esteve fortemente envolvida na realização do estudo sobre acordos entre empresas e comunidades em áreas de assentamentos na área de influência da SR30 do INCRA e do estudo sobre as iniciativas de MFCF na Amazônia brasileira (coordenado pelo Imazon). Ambos em parceria apoiados pelo Serviço Florestal Brasileiro e GIZ.

### **NOME: PROJETO CONSÓRCIO ENTERPRISE CLUSTER**

**ÁREA:** Manejo de Recursos Naturais e Gestão Territorial.

**OBJETIVO:** As atividades do IEB neste projeto visam o fortalecimento das organizações comunitárias e redes sociais para promoção do manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira, em especial no estado do Pará.

**PERÍODO:** 2007 a 2012.

**BENEFICIÁRIOS:** Lideranças comunitárias de associações de bairro, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e associações de pequenos produtores rurais de Barcarena.

**REGIÃO:** Estados do Pará e do Amazonas.

**PARCEIROS:** Serviço Florestal Americano – US Forest Service (líder do projeto), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, Instituto Floresta Tropical – IFT e Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE.

**FINANCIADOR:** USAID-Brasil.

## **DESTAQUES EM 2010**

**Assinatura do convênio com o Instituto Federal do Pará – Pólo Castanhal:** A solenidade ocorreu durante o Seminário de Exploração e Segurança do Trabalho. O objetivo do convênio é viabilizar a sistematização da experiência na formação técnica em Manejo Florestal Comunitário e Familiar – MFC&F e apoiar estudantes do IFPA na realização de estágio curricular.

**Bolsas de estágio curricular para estudantes da turma de técnicos em manejo florestal:** Com o objetivo de promover o fortalecimento da formação técnica de profissionais em manejo florestal comunitário, o programa de bolsas apoia sete estudantes do curso técnico em florestas do IFPA em seus trabalhos de campo. Em julho, os jovens visitaram os municípios de Gurupá, Porto de Moz e Santarém, onde conheceram e vivenciaram experiências de manejo florestal comunitário madeireiro e não-madeireiro.

**Seminário Regional para discutir as relações entre Empresas e Comunidades para o Manejo Florestal Comunitário em Assentamentos:** Realizado em Santarém, em setembro, o evento foi promovido pelo IEB com o apoio da USAID. Reuniu cerca de 30 participantes, entre representantes da sociedade civil e do governo. A temática do encontro teve origem em um estudo do IEB nas áreas da BR-163, Transamazônica e Baixo Amazonas. A pesquisa analisou contratos entre associações de assentados e empresas madeireiras. O entrave legal, na maioria das vezes, é consequência de lacunas dos órgãos do governo, no que diz respeito às condições de vida e produção nos assentamentos. O encontro deu vazão a essas demandas, que foram expostas em uma carta de reivindicações com temas ligados ao licenciamento ambiental, à capacitação, ao financiamento, à infraestrutura e à assistência técnica. O IEB se articula para implementar um programa de capacitação junto às organizações comunitárias da BR-163. O objetivo é fazer com que a sociedade civil continue o debate e ao mesmo tempo aumente seu protagonismo na implementação de planos de manejo.

## **NOME: PROJETO FLORESTA EM PÉ**

**OBJETIVO:** Promoção de parcerias entre empresas e comunidades para um melhor manejo dos maciços florestais e difusão das práticas de parcerias, integrando-as às políticas florestais públicas.

**PERÍODO:** 2007 a 2010.

**BENEFICIÁRIOS:**

**REGIÃO:** região de Santarém-PA

**PARCEIROS:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama (líder do projeto), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento – Cirad, Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos – GRET, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e ONF International.

**FINANCIADOR:** Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM.

## **DESTAQUES EM 2010**

**Aproximação com a ONG Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – Capina:** A ONG presta assessoria técnica para empreendimentos de economia popular solidária. O que se busca é a assessoria da Capina na definição de uma estratégia de comercialização dos produtos florestais não-madeireiros para as organizações sediadas em Santarém.

**I Oficina de Monitoramento e Definição de Parcerias do Projeto Ambé – Flona do Tapajós, em Santarém, Pará:** O evento reuniu 20 pessoas em março e foi executado pelo ICMBio e pelo SFB com o objetivo de identificar e consolidar as parcerias de apoio à Coomflona e ao Projeto Ambé. Como resultados, houve a consolidação de uma matriz de ações prioritárias identificadas durante o seminário e a rearticulação do grupo de trabalho, composto por organizações governamentais, ONGs e universidades para apoio à Coomflona.

**Seminário de Óleos Vegetais do Oeste do Pará:** Realizado em Santarém, em agosto, o evento foi promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB e pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – Ideflor em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, o Grupo de Trabalho de Óleos Vegetais do Oeste do Pará e o Projeto Floresta em Pé, do IEB. O Projeto BR-163 Floresta, Desenvolvimento e Participação apoiou a realização do evento, que também contou com a colaboração da GIZ, da Prefeitura de Santarém, do Instituto de Tecnologias Sustentáveis para a Amazônia – Itesan e do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM. Foram reunidos cerca de 100 representantes de comunidades extrativistas, além de técnicos, pesquisadores de entidades governamentais, instituições de ensino e pesquisa, o setor empresarial, ONGs e movimentos sociais. A atividade abordou a cadeia de valor dos óleos vegetais para a região, com ênfase nos óleos de copaíba e andiroba.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Seminário Regional Relações entre Empresas e Comunidades para o MFCF em Assentamentos
- Ampliação da Agenda de Articulação sobre Manejo Florestal Comunitário no Sul do Amazonas e Pará
- Visibilidade para os problemas existentes entre assentados e empresas de manejo florestal, culminando na revisão da Instrução Normativa 61/2010.

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **SEMINÁRIO EM SANTARÉM APRESENTA ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS E COMUNIDADES EM PROJETOS MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS**

Em setembro de 2010, Santarém (PA) recebeu o “Seminário Regional para Discutir as Relações entre Empresas e Comunidades para o Manejo Florestal Comunitário em Assentamentos”. O evento, promovido pelo IEB, por meio do Projeto Cluster com o apoio da USAID e Floresta em Pé, reuniu cerca de 30 participantes, entre representantes da sociedade civil e do governo. A temática teve origem em um estudo do IEB realizado nas áreas da BR 163, Transamazônica e Baixo Amazonas. A pesquisa analisou contratos entre as associações de assentados e empresas madeireiras, que na maioria dos casos arrendam por completo as áreas dos colonos para a obtenção de matéria-prima florestal, contrariando a Lei Federal 8629/1993 que determina que o assentado não deve ceder o uso de seus lotes de terras.

O encontro deu vazão a demandas que foram expostas em uma carta de reivindicações com temas ligados ao licenciamento ambiental, à capacitação, ao financiamento, à infraestrutura e à assistência técnica. O IEB já se articula para implementar um programa de capacitação junto às organizações comunitárias da BR 163. O objetivo é fazer com que a sociedade civil continue o debate e ao mesmo tempo aumente seu protagonismo na implementação de planos de manejo.

Os resultados dos estudos foram de fundamental importância para: (i) influenciar positivamente em políticas públicas, como por exemplo, a Instrução Normativa (IN) 61/2010 elaborada pelo Incra que regulamenta o manejo florestal sustentável em áreas de assentamentos de reforma agrária; (ii) qualificar a reflexão institucional sobre o MFCF em áreas de assentamento; e (iii) consolidar uma agenda de trabalho com o coletivo dos assentados da região oeste do Pará.

### **PROJETO FRONTEIRAS FLORESTAIS**

O foco principal das atividades do projeto em 2010 foi a implementação dos 19 grupos de experimentação nas comunidades e a implantação de redes de referências de agricultores técnicos nas duas regiões (Alto Xingu, Sul do Amazonas). O projeto implementou várias atividades voltadas para capacitar comunidades e organizações locais em alternativas produtivas sustentáveis e gestão territorial e promover a participação de organizações locais em fóruns regionais de políticas públicas em questões sócio-ambientais.

As atividades desenvolvidas trouxeram impactos positivos sobre a implementação de políticas públicas nas regiões, por exemplo, na criação dos conselhos da Área de Proteção Ambiental do Triunfo e da Floresta Nacional de Humaitá. Particularmente no município de São Félix do Xingu, que consta no topo da lista oficial dos municípios mais desmatados na Amazônia e incluído no Programa Arco Verde do governo federal, os parceiros do projeto estão fazendo uma contribuição significativa na elaboração e implementação de políticas públicas.



O projeto também avançou bastante nos aspectos de governança realizando ao longo do ano várias reuniões do Comitê Gestor que agrupa representantes das diversas organizações envolvidas. Durante os encontros foram construídas as diretrizes de planejamento, execução, gestão e monitoramento.

**OBJETIVO:** Fortalecer a capacidade das organizações e do poder público em duas zonas críticas de expansão da fronteira de desmatamento na Amazônia Brasileira. Sob a liderança do IEB, o consórcio atua em questões relacionadas ao ordenamento territorial, à promoção de uso alternativo dos recursos naturais e à implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional.

**PERÍODO:** 2009 a 2012.

**BENEFICIÁRIOS:** Pequenos produtores familiares, colonos migrantes, famílias ribeirinhas e comunidades indígenas do Alto Xingu e do Sul do Amazonas.

**REGIÃO:** Região de Humaitá, Amazonas, e São Félix do Xingu, Pará.

**PARCEIROS:** Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos – GRET, Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu – Adafax e Instituto Pacto Amazônico – Ipa.

**FINANCIADOR:** União Européia.

## **DESTAQUES EM 2010**

**SEMINÁRIO DE APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR:** A coordenação regional do MFCF reuniu-se em Humaitá, no mês de maio, em um desdobramento do seminário ocorrido em Manaus no final de abril. Durante o seminário, algumas lideranças de municípios do Sul do Amazonas formaram a Coordenação Regional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar. O objetivo do encontro foi discutir os encaminhamentos obtidos a partir do seminário, buscando um avanço nas negociações com os órgãos de governo na implementação das ações de apoio ao MFCF. Participaram da reunião a equipe do IEB do Sul do Amazonas, Manuel Amaral, gerente de Belém, e mais 10 pessoas da coordenação regional.

**OFICINA DE MANEJO DO CACAU NATIVO EM LÁBREA REÚNE COLETIVOS DE QUATRO MUNICÍPIOS DO SUL DO AMAZONAS:** A primeira oficina aconteceu no mês de agosto. O Encontro Regional Sobre o Cacau Nativo contou com a consultoria do economista Alexandre Lins e com a participação de produtores dos municípios de Manicoré – Cooperativa Verde de Manicoré – Covema, RDS Rio Madeira, comunidades de Novos Prazeres e Sempre Viva –, Novo Aripuanã – Associação Acosama – e Humaitá – Comunidades Pacoval, Paraisinho e Paraíso. O curso teve a colaboração de associações e de entidades locais, como o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA da Regional Médio Purus, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus – Atamp, a Apac JG, a Cooperativa Mista Agroextrativista do Sardinha –

Coopmas e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – Idam. A programação consistiu em dois dias de aulas expositivas, trabalhos de grupo e visita à comunidade Barranco do Bosque, na Resex Médio Purus, onde ocorreu a verificação in loco de pés de cacau nativo. Num segundo momento, o grupo visitou em Lábrea a Usina de Beneficiamento de Castanha da Coopmas e a usina de óleos vegetais da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia de Sardinha – Aspacs.

**II ENCONTRO DOS ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS:** Realizado em Humaitá, em agosto, seu objetivo foi discutir políticas públicas e o manejo nos assentamentos. Os participantes reconheceram os avanços obtidos desde o primeiro encontro, realizado em agosto de 2009, apresentaram as demandas de cada assentamento e criaram a Comissão dos Assentados como forma de fortalecimento do grupo. Entre os 80 participantes, estavam estudantes, professores, agentes de saúde e extrativistas. Destaques apresentados durante o II Encontro: Maior apoio para o Manejo Florestal Comunitário; implantação do Ensino Médio com Ponto Digital – SEDUC nas comunidades; fortalecimento das estratégias de DRS (açaí, castanha e manejo de jacaré); e construção de módulos sanitários via Funasa.

**SEMINÁRIO SOBRE DELIMITAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE HUMAITÁ:** A atividade foi realizada em outubro, em Humaitá- AM, teve dois objetivos principais, o primeiro foi elaborar os mapas das áreas limites dos Projeto de Assentamentos Extrativistas (PAES) de Humaitá, e o segundo foi definir a delimitação das terras dos líderes assentados presentes. Participaram do seminário líderes dos PAEs Botos, Uruapiara, Santa Maria Auxiliadora, São Joaquim Lago do Antônio, Baetas/Acara, Fortaleza e Carapanatuba. Também estiveram presentes representantes do Projetos de Desenvolvimento Sustentável Realidade, a Coordenadora de Cartografia do Incra de Manaus, representantes do Incra de Humaitá, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, da Secretaria de Interior de Humaitá e do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas – IDAM.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Curso de “Introdução ao Geoprocessamento e Gestão Ambiental”.
- Segunda edição do Boletim *Transparência Florestal* com o mapeamento e análise do desmatamento dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu.
- Realização de intercâmbios com agricultores agroecológicos de Conceição do Araguaia e para Marabá sobre beneficiamento de polpas de frutas.
- Seminário sobre Cadastramento Ambiental Rural (CAR) com a participação da ADAFAX, IEB, Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável, The Nature Conservancy, Ministério de Meio Ambiente e a Secretária de Meio Ambiente do Pará. O evento resultou na formulação do documento “Posicionamento da ADAFAX sobre o Cadastro Ambiental Rural”

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **AGROECOLOGIA É TEMA DE EXPERIMENTOS NO SUL DO AMAZONAS E ALTO XINGU**

O Projeto Fronteiras Florestais fomentou a criação de 19 grupos de experimentação em agroecologia entre os agricultores do Sul do Amazonas e Alto Xingu no Pará.

No Alto Xingu são 147 famílias beneficiadas em experimentos em horta e comercialização, cacau, piscicultura, sistemas agroflorestais, pequenos animais, pastagens e forrageiras, cacau em áreas degradadas, já no Sul do Amazonas são 55 famílias com experimentos implementados em açaí nativo plantado em várzea e terra firme, consórcio de banana e cacau nativo e sistemas agroflorestais com cacau e açaí.

Para implementar os experimentos os agricultores receberam capacitações em agroecologia, sistemas agroflorestais e outros temas relacionados. As equipes técnicas locais também foram capacitadas em animação e implementação de um rede de agricultores-experimentadores, inclusive participando do processo de acompanhamento e avaliação da evolução da relação entre agricultores e organizações locais. Já os jovens receberam capacitação em gestão do estabelecimento agrícola, visando a consolidação das ações numa perspectiva de futuro.

Além das capacitações os agricultores também realizaram intercâmbios de experiências com outros agricultores em sistemas agroflorestais e beneficiamentos de polpa de frutas, onde puderam conhecer os métodos, equipamentos e instalações utilizadas.

Entre os agricultores, ao longo do processo de implementação dos experimentos tornou-se cada vez mais claro a importância e relevância da dinamização e fortalecimento da agricultura familiar, aliadas às práticas sustentáveis, para a melhoria da economia local.

### **Programa de Apoio à Pesquisa, Formação e Capacitação**

Esta linha contempla as iniciativas de fomento à pesquisa, de apoio a formação profissional e de desenvolvimento da capacidade técnica de indivíduos que atuam em projetos voltados à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

### **PROJETO CALEDOSCÓPIO**

O IEB passou em 2010 por um processo de avaliação de seu portfólio de cursos e oficinas buscando priorizar as ações do Caleidoscópio em sua estratégia de captação de recursos para os próximos anos.

Essa revisão do Programa inovou ao criar o Curso "Povos Indígenas, Meio Ambiente e Desenvolvimento na Amazônia: uma introdução" que reuniu vários especialistas da área de indigenismo, meio ambiente e Amazônia. O sucesso da iniciativa atendeu uma forte demanda de cursos no tema indigenismo e meio ambiente. Os bons resultados e as boas articulações do curso resultaram na criação de um curso de Mestrado em Indigenismo no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília a ser iniciado em 2011 que contará com o apoio da USAID.

**ÁREA:** Apoio à Pesquisa, Formação e Capacitação.

**OBJETIVO:** Busca, por meio da oferta de cursos e oficinas, agregar conceitos multidisciplinares e acrescentar às bagagens dos participantes um leque de ferramentas práticas para uma atuação ainda mais eficaz e integrada. Os treinamentos representam espaços de diálogo, de troca de experiências, discussões técnicas e sociopolíticas e formação de redes. Alguns cursos oferecidos: gestão participativa das águas; ferramentas econômicas para a conservação; metodologias participativas e ferramentas de diálogo; mudanças climáticas; direito ambiental; ecologia política; comunicação e meio ambiente; comunicação popular e comunitária; empreendedorismo sustentável; e manejo florestal comunitário.

**PERÍODO:** Contínuo, com início em 2005.

**BENEFICIÁRIOS:** Técnicos e gestores do setor governamental, do terceiro setor e do setor privado, bem como lideranças comunitárias cujas atividades têm interface direta com a conservação ambiental.

**REGIÃO:** Todos os biomas brasileiros.

**PARCEIROS:** Diversos parceiros ao longo dos anos.

**FINANCIADORES:** No momento o programa não conta com financiadores.

## **DESTAQUE EM 2010**

**Curso Povos Indígenas, Meio Ambiente e Desenvolvimento na Amazônia:** Realizado em Brasília, de 18 a 31 de julho, esta iniciativa foi executada com recursos da Fundação Gordon e Betty Moore. Participaram 22 pessoas, selecionadas de um total de 143 inscritos.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

22 gestores e técnicos capacitados no tema povos indígenas, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia.

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **CURSO POVOS INDÍGENAS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UMA INTRODUÇÃO (1ª EDIÇÃO )**

O curso “Povos Indígenas, Meio Ambiente e Desenvolvimento na Amazônia: uma introdução”, ocorreu em Brasília, de 19 a 31 de julho de 2010, como uma ação do Programa Caleidoscópio, apoiado com recursos da Fundação Gordon e Betty Moore.

Desenhado para profissionais sem formação específica em Antropologia, Ciências Sociais e/ou disciplinas afins, o curso capacitou 22 gestores e técnicos da área ambiental, dos setores público, privado e do terceiro setor que no âmbito de suas atividades, ações e projetos, de algum modo interagem com e/ou trabalham junto a povos indígenas na Amazônia.

O objetivo foi oferecer, de modo introdutório e abrangente, princípios de conhecimento e chaves de entendimento sobre tópicos relevantes para compreender a conjuntura contemporânea dos povos indígenas na Amazônia, em sua interface com as questões ambientais e do desenvolvimento.

Com carga horária de 100 horas, o curso combinou aulas expositivas e participativas distribuídas em temas como: os índios e a formação do Brasil, noções de natureza e meio ambiente, perspectivas indígenas sobre a pessoa e o cosmos, ciências indígenas e etnoconhecimento, políticas públicas para povos indígenas, movimento indígena, direitos indígenas e direito ambiental, se encerrando com uma oficina de gestão de conflitos.

Além de aulas expositivas, o curso contemplou leitura e discussão de textos, dinâmicas de grupos, exibição de vídeos e a realização de um painel com lideranças indígenas retratando visões sobre o presente, o passado e o futuro. A turma foi dividida em quatro grupos temáticos que trabalharam ao longo do curso. Orientados por facilitadores e incorporando a perspectiva e os conteúdos abordados, os grupos discutiram, elaboraram e apresentaram trabalhos reflexivos e propositivos sobre os temas: grandes projetos de infraestrutura; unidades de conservação e Terras Indígenas; produção sustentável e segurança alimentar; e gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas.

Numa avaliação inicial, os participantes Rodrigo Suruí, 22 anos, indígena, estudante universitário do curso de administração em Rondônia e assistente financeiro da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, e Marina Christofidis, 34 anos, servidora do Ministério do

Planejamento, apontaram os conteúdos de legislação indigenista e ambiental como “de longe, os mais interessantes”, seguidos de cosmologia indígena. Além disso, avaliaram positivamente o intercâmbio e a interação entre os alunos.

Numa avaliação final Henyo Barreto, coordenador da atividade, concluiu que a seleção dos participantes, oriundos dos vários estados da Amazônia Legal e a interação entre os alunos e instrutores permitiram um aprendizado aprofundado e de alta qualidade.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD**

Em 2010 o envolvimento do IEB no tema mudanças climáticas e REDD se deu em várias frentes onde inicialmente assumimos uma posição de *recém-chegados* nesta agenda, participando de várias atividades, porém ao longo do processo essa participação demonstrou o amadurecimento e acumulação de experiência da instituição no tema, pois cada vez a instituição tem sido convidada a participar dos debates e discussões que envolvem a relação entre mudanças climáticas e comunidades indígenas e extrativistas.

O IEB é um dos membros fundadores e partícipes do Observatório do Clima (OC), iniciativa de várias organizações do terceiro setor que objetiva: acompanhar e influenciar as negociações internacionais e as posições do governo brasileiro sobre mudanças climáticas; promover a interlocução do próprio OC com a sociedade brasileira; propor e acompanhar a definição de políticas públicas e normas no país visando estabelecer o equilíbrio da concentração de gases do efeito estufa no Planeta; promover debates e amplas consultas públicas para auxiliar na definição de critérios e indicadores de sustentabilidade social, ambiental, étnica, cultural, econômica e de transparência e capacitação tecnológica, que se apliquem aos projetos que pretendam usufruir dos mecanismos financeiros de flexibilização de compromissos de redução de emissão dos gases de efeito estufa; acompanhar a implementação e verificação desses projetos; apoiar ou promover iniciativas de capacitação, treinamento, educação e disseminação de informações nos temas afetos às mudanças climáticas; promover o intercâmbio de experiências e informações e contribuir para o debate qualificado sobre os temas climáticos no Brasil e no exterior; e participar de forma qualificada de fóruns, instâncias, redes nacionais e internacionais de discussão, consulta e participação sobre mudanças climáticas.

Além dessas inserções, o IEB tem sido convidado a participar de, e se manifestar em discussões pontuais em torno de outras iniciativas dispersas, principalmente nos territórios onde a organização e parceiros atuam. Isso ocorreu recentemente em pelos menos três circunstâncias: (i) na reunião para apresentação do Projeto REDD Mosaico do Apuí; (ii) no seminário sobre PSA da TI Parque do Tumucumaque; e (iii) nas discussões sobre REDD(+) no sul do estado do Amazonas.

Numa outra ponta, a organização promoveu discussões internas em nosso escritório sede em Brasília, bem como, mais esporadicamente, em nossas bases de campo, sobre diversos temas

relacionados direta e indiretamente com REDD(+), mudanças climáticas, pagamentos por serviços ambientais, populações tradicionais, indígenas, florestais.

**OBJETIVO:** Promover o intercâmbio de experiências e informações e contribuir para o debate qualificado sobre o tema mudanças climáticas e REDD no Brasil e no exterior; bem como participar de forma qualificada de fóruns, instâncias, redes nacionais e internacionais de discussão, consulta e participação sobre mudanças climáticas.

**PERÍODO:** 2009 a 2012.

**BENEFICIÁRIOS:** comunidades indígenas e ribeirinhos na Amazônia brasileira

**REGIÃO:** Região de Sul do Amazonas, Pará e Distrito Federal.

**PARCEIROS:** Observatório de Mudanças Climáticas e REDD.

**FINANCIADOR:** Institute for Development Studies – Reino Unido e recursos institucionais

#### **DESTAQUES EM 2010**

- Consultas e oficinas regionais para a formulação de princípios e critérios socioambientais para projetos REDD(+) na Amazônia brasileira, iniciativa liderada por GTA, CNS e COIAB, com apoio do IPAM e do IMAFLORA ([www.reddsocioambiental.org.br](http://www.reddsocioambiental.org.br))
- Estruturação do Platinum Standards, que almeja se tornar um padrão de certificação de projetos REDD na Amazônia, numa iniciativa liderada pelo Center for Environment Economy and Society (CEES) da Columbia University (CU) em Nova York, por meio do Amazon Forest Carbon Partnership (AFCP), e que envolve, além do Brasil, o Peru, a Bolívia, a Colômbia e o Equador na construção de um quadro preliminar constituído de quatro eixos temáticos: ciência e tecnologia, que cuida das métricas para medição e monitoramento do carbono florestal (STAT-science and technology advisory team); legal e regulatório, que cuida da compatibilização transnacional no limites das possibilidades existentes nos arcabouços legais dos cinco países (LRAT-legal and regulatory advisory team); econômico e financeiro, que trata de explorar e identificar as necessidades em termos de processos, mecanismos e instrumentos econômicos e financeiros para a viabilização segura, justa e sustentada dos projetos sob certificação (EFAT-economic and financial advisory team); e finalmente o sócio-econômico e cultural (SECAT-socio, economic and cultural advisory team). É neste último que o IEB tem participação formal e no qual se discutem as garantias, salvaguardas e as instituições que protegerão os direitos fundamentais, consuetudinários, tradicionais e difusos envolvidos e ameaçados por meio da ativação de projetos REDD(+), principalmente sob a lógica dos “mercados”;
- Participação em debates em torno do Regime Nacional de REDD(+), tanto convidado por Organizações parceiras (GTA, COIAB, CNS, ISA, TNC, IPAM entre outros) como por

órgãos de governo (MMA, FUNAI). Destacam-se os esforços para consolidar sua participação nos GT-REDD animados pelo MMA e aqueles envidados na colaboração com a FUNAI (e mais alguns parceiros) na discussão de diretrizes básicas para iniciativas de capacitação em REDD(+) para povos indígenas.

- Participante ativo no surgimento do Observatório do REDD+, fruto e desdobramento direto dos processos de discussão e estabelecimento dos "P&C socioambientais" ([www.reddsocioambiental.org.br](http://www.reddsocioambiental.org.br)), que é uma iniciativa que visa o controle social do REDD+ no Brasil por meio da articulação aberta entre as Organizações da sociedade civil.

## **PROJETO BACIAS**

A ação faz parte do Projeto Bacias iniciativa de uma parceria entre Ambev, o WWF-Brasil e o IEB e integra os esforços do Movimento CYAN - campanha da companhia para mobilizar a sociedade sobre a importância da conservação da água. O projeto piloto acontece nas microbacias do Córrego Crispim e também nas microbacias da Serrinha do Paranoá. (Urubu, Torto, Palha, Jerivá e Taquari)

A importância da Serrinha do Paranoá para a conservação das nascentes e mananciais do Distrito Federal deve-se pelo grande mosaico das microbacias hidrográficas que formam o Paranoá Norte. Sob a perspectiva da proteção legal a região da Serrinha do Paranoá está legalmente protegida por duas APAs a do Paranoá de gestão do governo do DF e a APA do Planalto Central de gestão Federal, sua paisagem também integra o Patrimônio Cultural e Paisagístico do Plano Piloto de Brasília. Nela incide ainda a área da Reserva da Biosfera do Cerrado. Em termos hidrográficos, as microbacias estão inseridas na Bacia Hidrográfica do Parnaíba e do Paranoá que são responsáveis grande parte da drenagem do Distrito Federal.

Em 2010 o Projeto Bacias teve início com a realização do Ecomapeamento na microbacia do Córrego Crispim, localizado na Região Administrativa do Gama, conseguindo mobilizar muitos moradores para os problemas que afetam a degradação do Córrego Crispim.

**ÁREA:** Apoio à Formação, Capacitação e Pesquisa

**OBJETIVO:** promover a mobilização social para viabilizar a recuperação ambiental na microbacia do córrego Crispim, fortalecendo o Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranoá, além de realizar o monitoramento da qualidade da água em seis córregos na região conhecida como Serrinha do Paranoá.

**PERÍODO:** 2010 a 2012

**BENEFICIÁRIOS:** lideranças comunitárias, estudantes, gestores públicos, moradores dos núcleos urbanos e rurais da região, e outros atores locais.

**REGIÃO:** microbacias hidrográficas dos córregos Crispim, Urubu-Sagui, Torto, Palha, Jerivá e Taquari, região da Serrinha do Paranoá, Distrito Federal.



**PARCEIROS:** *WWF- Brasil, Faculdade JK, Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranoá, IPOEMA.*

**FINANCIADORES:** AMBEV – Movimento Cyan

## **DESTAQUES EM 2010**

### **LEVANTAMENTO DO MOVIMENTO CYAN COM A POPULAÇÃO DA BACIA DO CÓRREGO DO CRISPIM FAZ PARTE DE MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO DA ÁGUA**

No mês de novembro, estudantes da Faculdade Juscelino Kubitschek aplicaram questionários à população do entorno da bacia do córrego do Crispim, no Distrito Federal, onde se desenvolve o programa-piloto do Projeto Bacias. Trata-se de uma das fases do ecomapeamento promovido pelo Movimento CYAN, em parceria com o WWF-Brasil e IEB. O ecomapeamento servirá para orientar as ações de conservação da bacia do córrego, objetivo do projeto. A experiência no Crispim é um projeto-piloto para as 34 fábricas da Ambev, parceira do Movimento CYAN. No final das contas, 608 questionários foram aplicados, uma amostra de cerca de 20% da população da região. Houve entrevistas com pessoas da área urbana e rural.

### **ESTUDANTES DA FACULDADE JK, NO GAMA, PARTICIPAM DE OFICINA SOBRE PESQUISA SOCIAL**

Para realizar o Ecomapeamento na microbacia do Córrego Crispim, graças à parceria com a Faculdade JK, contamos com a participação de estudantes universitários na aplicação dos questionários. Ao todo foram selecionados 21 estudantes dos cursos de Pedagogia, Letras e História. Os estudantes participaram de duas oficinas de capacitação com os temas pesquisa social e gestão de recursos hídricos, com a duração total de 12 horas. A primeira oficina foi realizada com o tema pesquisa social visando apresentar os instrumentos e ferramentas de pesquisa de campo existentes para a produção sistemática de conhecimento sobre uma realidade local e capacitar estudantes selecionados para o trabalho de pesquisa de campo. A segunda oficina foi realizada com o tema recursos hídricos apresentando aos estudantes os conceitos básicos sobre gestão de bacias hidrográficas e os principais problemas ligados à conservação e proteção dos mananciais.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Realização do Ecomapeamento na Microbacia do Córrego Crispim com questionário aplicado em 20% dos moradores da região

## **HISTÓRIA DE SUCESSO**

### **ALUNOS MORADORES E PROFESSOR SE ENGAJAM NA PESQUISA SOBRE A REALIDADE ONDE VIVEM, TRABALHAM E ESTUDAM**

Dos vinte e um estudantes que foram selecionados para participarem do Ecomapeamento, alguns deles também são moradores da região da Microbacia do Córrego Crispim. Além de

participarem das oficinas de capacitação em pesquisa social e gestão de recursos hídricos eles se envolveram na condução e direcionamento das atividades de pesquisa no campo.

As saídas de campo acontecerem ao longo do mês de novembro, ao todo foram realizadas 6 saídas para aplicação dos questionários, aos finais de semana. Todas elas também contaram com a participação de Fernando La Rocque, professor dos cursos de História, Pedagogia e Letras na Faculdade JK.

Na primeira saída de campo os estudantes puderam conhecer melhor o instrumento de pesquisa com a aplicação de um pré-teste. Ao longo do pré-teste, embora tenha chovido muito durante esse dia foi possível verificar algumas perguntas redundantes e a necessidade redesenhar as perguntas relativas aos dados socioeconômicos. Tanto o professor quanto seus alunos auxiliaram no redesenho do questionário, adaptando o instrumento de pesquisa para a realidade local. E também contribuindo para a definição das melhores áreas para aplicação da pesquisa.

O resultado da pesquisa será publicado num livreto destinado ao processo de discussão para a melhorias das condições socioambientais do local e também para ampliar o envolvimento da população na conservação da Microbacia do Córrego Crispim.

## **Gestão do conhecimento**

Por meio desta linha de ação, o IEB sistematiza, organiza, publica e divulga relatos, abordagens, metodologias e reflexões, tanto resultantes das atividades de seus programas e projetos quanto de sua interação com diversos contextos, atores e dinâmicas socioambientais. O objetivo é fazer esse conhecimento circular por universidades, instituições de ensino, ONGs, organizações de base e movimentos sociais, e promover uma discussão qualificada desses temas. O portfólio de materiais publicados pelo IEB reúne um documentário e 46 livros publicados, disponíveis on-line ou à venda em nossa loja virtual. Os recursos advindos da comercialização desses produtos são aplicadas em um Fundo de Publicações e revertido em apoio a novas obras.

## ***Conhecimentos Tradicionais para o Século XXI***

A publicação, que tem a organização de Paul E. Little é uma realização do IEB em parceria com a Editora Annablume e faz uma análise sobre o conhecimento dos povos tradicionais e seus dilemas intercientíficos. Os textos são etnografias de povos indígenas da floresta tropical e da savana, comunidades negras rurais, caiçaras da Mata Atlântica. As histórias apresentadas também contêm processos de diálogos intercientíficos, porém com resultados muito diferenciados entre si. Paul E. Little é Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi professor associado do Departamento de Antropologia da UnB até 2010. Tem vários livros publicados sobre a problemática amazônica, traduzidos para o inglês e o espanhol. Tem atuado na formulação das políticas ambientais e das políticas indigenistas com distintos órgãos do governo federal brasileiro. Atualmente é Oficial de Programa da Fundação Gordon e Betty Moore.

## ***Manejo comunitário de camarão***

Fruto da parceria entre o IEB, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (ATAIC), e o Instituto Gurupá, o livro *Manejo comunitário de camarão e sua relação com a conservação da floresta no estuário do rio Amazonas: sistematização de uma experiência em Gurupá-PA* relata uma experiência de pesca de camarão, cujo diferencial é manter na natureza os camarões que não estejam no tamanho ideal para serem comercializados. A inovação tem desdobramentos ambientais, econômicos e sociais. Com esses resultados a publicação objetiva passar a lição de que é necessário valorizar os conhecimentos das populações tradicionais nos planos e projetos de desenvolvimento para Amazônia. A publicação é um produto do Projeto Cluster, que tem o objetivo de atuar junto à consolidação de planos de manejo praticados por comunidades e indivíduos na Amazônia brasileira.

## **Relação entre empresas, Governos e Comunidades na Amazônia brasileira: reflexões e propostas**

Esta publicação, organizada por Marcelo Sampaio Carneiro, Manuel Amaral Neto e Katiuscia Miranda, é resultado de um seminário, realizado em 2009, que reuniu representantes de organizações comunitárias, agências governamentais e instituições, em Santarém, PA. O livro sintetiza os resultados sobre as relações entre empresas e comunidades na Amazônia, sistematizando os principais problemas enfrentados pelas comunidades no âmbito desses

acordos. As experiências relatadas contribuem para a reflexão dos temas: • Direito de propriedade no uso de conhecimentos tradicionais; • Problemas associados a processos de comercialização; • Análise do custo dos diferentes tipos de certificações (orgânica, florestal, autocertificação); e • Papel do Estado na construção dos acordos.

### **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**

Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores faz uma análise do impacto do sistema jurídico nacional e internacional sobre a biodiversidade agrícola. Em linguagem didática e acessível aos não-especialistas, o livro trata, inicialmente, da história das relações entre homens e plantas cultivadas e do conceito de agrobiodiversidade, introduzindo os leitores no tema. Posteriormente, são analisadas a Lei de Sementes e Mudas, a Lei de Proteção de Cultivares, a Convenção para a Proteção de Obtenções Vegetais, o Tratado da FAO sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura e a lei de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Ao final, o livro propõe novos instrumentos jurídicos para a proteção e valorização da biodiversidade agrícola e para a implementação dos direitos dos agricultores. A publicação é uma parceria entre o IEB e a Editora Peirópolis.

### **Gestão Financeira**

O IEB tem feito esforços, ao longo de sua história, para ampliar e qualificar a gestão financeira de seus programas e projetos. Em busca de constante por qualificação e aprimoramento está diretamente relacionada à complexidade de se administrar recursos de fontes variadas. O IEB aporta, assim, o devido cuidado em cumprir as exigências legais e fiscais por parte do Governo Brasileiro e garantir o atendimento às demandas específicas de uma gama diversificada de doadores. O Instituto tem suas contas auditadas anualmente por auditores externos independentes e publica no site os relatórios dessas auditorias.